Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Odontoprev S.A. (Companhia ou OdontoPrev), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 -14º Pavimento, conjunto 1401, Edifício Jatobá, Castelo Branco Office Park, Tamboré – Barueri, São Paulo – Brasil, iniciou suas operações em 28 de agosto de 1987 e tem por objeto social a atividade de operação de planos privados de assistência odontológica, administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista em outras sociedades civis ou comerciais, em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros.

A Companhia enquadra-se como operadora odontológica no segmento terciário, de acordo com a Resolução da Diretoria Coligada (RDC) 39 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 27 de outubro de 2000.

A Companhia possui participação direta e indireta conforme quadro a seguir:

					Part	icipação n	o capital s	ocial (%)
_		;	30 de setemb	ro de 2017	31 de dezembro de 2016			
_	Controladas		Coligada	Controle	C	ontroladas	Coligada	Controle
_	Direta	Indireta	Indireta	Conjunto	Direta	Indireta	Indireta	Conjunto
EMPRESAS:								
Clidec - Clínica Dentária Especializada Cura D'ars Ltda. (Clidec)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Odontoprev Serviços Ltda. (OdontoPrev Serviços)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
Easy Software S.A. (Easy)	-	51,0	-	-	-	51,0	-	-
Dental Partner Comércio de Produtos e Equipamentos Odontológicos Ltda. (Dental Partner)	-	99,9	-	-	-	99,9	-	-
G2D Serviços Tecnológicos S.A. (G2D)	-	-	16,1	-	-	-	16,1	-
Clidec Participações S.A. (Clidec Participações)	-	90,6	-	-	-	60,0	-	-
OPERADORA ODONTOLÓGICA SEGMENTO TERCIÁRIO - RDC 39 (ANS):								
Brasildental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (Brasildental)	-	-	-	25,0	-	-	-	25,0
Garcia Pedrosa Ltda. (Rede Dental)	99,9	-	-	-	99,9	-	-	-
SEGURADORA:								
Odontored CV Sociedad Anônima de Capital Variable (Odontored)	60,0	-	-	-	60,0	-	-	-
REDE DE CLÍNICAS DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA:								
Clínicas Radiológicas Papaiz (Grupo Papaiz)	-	-	-	49,0	-	-	-	49,0

Clidec: constituída em 02 de julho de 1970, tem por objeto a prestação de serviços clínicos odontológicos.

OdontoPrev Serviços: constituída em 03 de dezembro de 1999 para prestação de serviços de assessoria comercial, consultoria e gestão de negócios, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Easy: constituída em 03 de novembro de 1993, Controlada da OdontoPrev Serviços, para o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, bem como participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Dental Partner: constituída em 14 de novembro de 2008, Controlada da Clidec, comercializa, no atacado e varejo, produtos e equipamentos odontológicos, saneantes, drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

G2D: constituida em 19 de dezembro de 2011, Coligada da OdontoPrev Serviços, detém uma plataforma para o agendamento *online* de consultas com profissionais da área de saúde. Para fins de consolidação, foram utilizadas as demonstrações financeiras com um mês de defasagem em relação à data-base das demonstrações financeiras consolidadas.

Clidec Participações: constituída em 11 de junho de 2012, Controlada da Clidec, tem como objetivo a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista e tem como acionistas a Clidec e alguns dos vendedores e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atuais executivos do Grupo Papaiz. Conforme o 1º aditivo ao acordo de acionistas a participação da Clidec passou a ser de 90,6% e dos demais acionistas 9,4%.

Brasildental: constituída em 12 de março de 2014, controlada em conjunto com a BB Seguros Participações S.A., para operação de planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos referidos planos destinados a pessoas jurídicas e/ou físicas.

Rede Dental: constituída em 31 de agosto de 1990 para operar planos privados de assistência odontológica na administração, comercialização ou disponibilização dos planos destinados a pessoas físicas e jurídicas.

Odontored: constituída em 13 de agosto de 2009, localizada na Cidade do México (México) para o desenvolvimento de planos de assistência odontológica incluindo a operação, administração e comercialização, bem como a prestação de serviços de assistência odontológica direta ou indiretamente através de terceiros. Foi autorizado em 06 de junho de 2013 pela Secretaria de Saúde operar como seguradora especializada em saúde e em 15 de julho de 2013 a Comissão Nacional de Seguros e Fianças (CNSF) permitiu operacionalizar seguros de acidentes e enfermidades nos ramos de saúde e gastos médicos. Para fins de consolidação, foram utilizadas as demonstrações financeiras com um mês de defasagem em relação à data-base das demonstrações financeiras consolidadas.

Grupo Papaiz: participação em clínicas radiológicas adquirida em 31 de janeiro de 2013, por intermédio da Clidec Participações, Controlada em conjunto com o Grupo Fleury.

Aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas foi autorizada pelo Conselho de Administração (CA) em 25 de outubro de 2017.

2. Descrição das principais práticas contábeis

2.1 Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo a premissa de continuidade. Ainda, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme determinações do CPC 21 (R1)/IAS 34 – Demonstração Intermediária, de acordo com o plano de contas da ANS e também com os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2016 estão sendo alteradas para fins de comparação pelo fato que em 2016, os ativos e passivos fiscais diferidos foram apresentados de forma segregada no balanço patrimonial sem ter sido considerado que a Companhia detinha o direito legalmente executável de compensá-los. Esses saldos estão sendo compensados e reapresentados no balanço patrimonial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos a seguir demonstrada não afetou o resultado, o patrimônio líquido, fluxo de caixa ou qualquer índice de solvência da Companhia no exercício findo de 31 de dezembro de 2016 e tais reclassificações estão em conformidade com o CPC 23/IAS 8 – Politícas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e o CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

			Companhia			Consolidado
ATIVO	31 de dezembro	Reclassificações	31 de dezembro	31 de dezembro	Reclassificações	31 de dezembro
	de 2016	(R)	de 2016 (R)	de 2016	(R)	de 2016 (R)
Circulante	543.181		543.181	582.291		582.291
Não circulante	790.721	(6.624)	784.097	775.719	(6.624)	769.095
Realizável a longo prazo	204.954	(6.624)	198.330	210.908	(6.624)	204.284
Aplicações financeiras - títulos mantidos até o vencimento	14.235	-	14.235	14.235	-	14.235
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 9.1)	140.877	(6.624)	134.253	142.900	(6.624)	136.276
Outros ativos não circulantes	49.842	-	49.842	53.773	-	53.773
Investimentos	42.222	-	42.222	6.289	-	6.289
Imobilizado	15.612	-	15.612	20.488	-	20.488
Intangível	527.933	-	527.933	538.034	-	538.034
TOTAL DO ATIVO	1.333.902	(6.624)	1.327.278	1.358.010	(6.624)	1.351.386
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31 de dezembro de 2016	Reclas sificações (R)	Companhia 31 de dezembro de 2016 (R)	31 de dezembro de 2016	Reclassificações (R)	Consolidado 31 de dezembro de 2016 (R)
Circulante	290.172		290.172	307.352		307.352
Não circulante	350.155	(6.624)	343.531	352.949	(6.624)	346.325
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 9.1)	6.624	(6.624)	-	6.624	(6.624)	-
Provisões para contingências	322.569	-	322.569	324.040	-	324.040
Outras exigibilidades	20.962	-	20.962	22.285	-	22.285
TOTAL PASSIVO	640.327	(6.624)	633.703	660.301	(6.624)	653.677
Capital e reservas atribuídas aos acionistas da Companhia	693.575	-	693.575	693.575	-	693.575
Participação dos não controladores	-	-	-	4.134	-	4.134
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	693.575		693.575	697.709	-	697.709
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						

2.2 Demonstrações financeiras consolidadas: políticas contábeis

(a) Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional, geralmente representado por mais de 50% das ações com direito a voto ou em que retém a maioria dos riscos e benefícios originados desse investimento, segundo as regras do IFRS. As Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à OdontoPrev.

É adotado o método de contabilização da aquisição para registro contábil das combinações de negócios, sendo o registro efetuado pelo valor justo de transferência dos ativos, passivos e patrimônio líquido apurados no momento da aquisição. Os custos relacionados às aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos. A participação de não controladores nas empresas Controladas é reconhecida proporcionalmente tomando por base o valor justo no momento da aquisição.

O excesso entre o valor pago e o valor justo dos ativos e dos passivos assumidos na data da aquisição de qualquer participação patrimonial é registrado como ágio (*goodwill*), após a alocação em itens tangíveis e/ou intangíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos em suas Controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais. Também são eliminados os saldos ativos, passivos e de resultado decorrentes de transações entre tais empresas.

(b) Coligadas

São todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional sem deter o controle. Os investimentos em Coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

(c) Controle conjunto (joint venture)

São todas as entidades nas quais há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os investimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.3 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

2.4 Segmentos operacionais

As informações são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estratégicas da Companhia, a Diretoria Estatutária, que é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais (nota 18).

2.5 Moeda

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional), tais demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$).

(b) Conversão de transações e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço (ativos e passivos circulantes), da data das transações (ativos e passivos não circulantes e patrimônio líquido) e média mensal (receitas e despesas). Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no patrimônio líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 Ativos circulantes

2.6.1 Classificação

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa corresponde as disponibilidades que inclui dinheiro em caixa e em bancos, bem como numerários em trânsito que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato (nota 5).

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez, que são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor (nota 5).

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras contabilizadas no ativo circulante (notas 4.1.1 (a) e (b) e 6) e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, classificados no ativo não circulante quando o vencimento é superior a 12 meses e são registrados pelo custo na respectiva data de aquisição acrescidos dos rendimentos (notas 4.1.1 (c) e 6).

(d) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de suas Controladas compreendem os créditos de operações com planos de assistência à saúde e seguros (nota 7).

Na Companhia são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações líquidas no resultado ou à conta de provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG) no passivo circulante, conforme período de cobertura do risco dos contratos vigentes na data do balanço, e pelos valores a receber referentes a ressarcimento de eventos. Na Controlada Odontored são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal das apólices representativas desses créditos, em contrapartida à conta de seguros no resultado conforme período de cobertura do risco dos contratos vigentes.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos, significativamente, pela Companhia e suas Controladas.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros (nota 2.6.4).

2.6.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46/IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com o nível hierárquico, destacados a seguir, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras (nota 4.1.1).

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado.

2.6.4 Recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período, se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, conforme os seguintes critérios: a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; b) quebra de contrato (inadimplência ou juros no pagamento do principal); c) declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço; d) desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro; e) dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Companhia e suas Controladas mensuram a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão. Caso, num período subsequente, ocorrer a diminuição do valor da perda por *impairment* e esta puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após ter sido reconhecida, a recuperação e reversão são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia e suas Controladas reconhecem uma redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos, acrescida de um percentual médio de perda apurado em um estudo de comportamento da carteira. As perdas com clientes são registradas na conta "provisão para perdas sobre créditos" no resultado.

Os valores vencidos acima de 180 dias, para os quais não há mais expectativa da Administração para recuperação, são contabilizados como perda efetiva.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demais classes de ativos financeiros classificadas como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como *impaired*. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada anteriormente.

2.6.5 Despesas de comercialização diferidas (DAC - Deferred Acquisition Costs)

São os gastos diretamente incrementais e relacionados à origem ou a renovação de contratos, ou seja, os valores pagos a título de agenciamento nos contratos coletivos e comissões pagas nos contratos individuais anuais, ambos apropriados ao resultado pelo prazo de 12 meses. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

2.7 Ativos não circulantes

2.7.1 Realizável a longo prazo

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativo)

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros quando o valor contábil do ativo for recuperado (nota 9.1).

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente (nota 2.1).

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

(b) Depósitos judiciais

Referem-se a processos fiscais, cíveis e trabalhistas (notas 9.2 e 16.1).

2.7.2 Investimentos

Representados por investimentos em Controladas, Coligadas e Controle Conjunto, avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em seus respectivos balanços patrimoniais (nota 10).

2.7.3 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas anuais (nota 11).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.7.4 Intangível

(a) Ágio (goodwill) na aquisição de investimentos

Refere-se ao ágio fundamentado na geração de lucros futuros, pagos na aquisição de investimentos (nota 12.1). É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Controlada adquirida e da alocação de itens intangíveis.

O *goodwill* é testado no mínimo anualmente para verificar perdas (nota12.1). É contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, se houver, as quais não são revertidas.

(b) Desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de softwares

Os gastos com desenvolvimento de sistemas e licenças de uso de *softwares* que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis até que estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, no prazo de 60 meses (nota 12.2). A partir de sua conclusão os gastos de manutenção são reconhecidos como despesa.

(c) Ativos intangíveis - OdontoServ

Valores de ágio atribuídos à marca e carteira de clientes que são amortizados pelo método linear de acordo com os prazos identificados em laudo de avaliação (nota 12.2).

2.8 Recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros

Conforme deliberação CVM 639/10, CPC 01 (R1)/IAS36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, é efetuada a análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: (i) verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor contábil do ativo que excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment (nota 12.1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9 Contratos de planos de assistência odontológica e seguros / teste de adequação dos passivos (LAT – *Liability Adequacy Test*)

A Companhia e suas Controladas emitem contratos de assistência odontológica e de seguros nos quais assumem risco de seguro, que inclui a frequência de utilização e flutuação dos custos odontológicos (nota 4.2).

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data do teste.

O último teste foi realizado em 31 de dezembro de 2016 de acordo com os segmentos de negócios definidos pela Companhia (nota 18) e considerou as provisões técnicas (nota 2.10), contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco (ETTJ) publicadas pela AMBIMA.

O resultado do LAT não apresentou insuficiência na data de sua realização, logo, não houve necessidade de ajustes nas provisões constituídas.

2.10 Provisões técnicas de operações de assistência odontológica

Conforme RN 393/15 a Companhia e suas Controladas (operadoras) constituem no passivo circulante a "provisão de prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)" que é calculada "*pro rata die*" com base nas contraprestações emitidas, sendo apropriada ao resultado de acordo com o período de cobertura do risco (nota 13.2).

Os eventos a liquidar com operações de assistência odontológica são classificados como "provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL)" de acordo com a RN 393/15. Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da análise da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida a conta de resultado de "eventos indenizáveis líquidos" (nota 13.2).

As operadoras devem constituir, mensalmente, de acordo com as determinações da ANS, RN 393/15, a "provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)", estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Companhia (notas 2.19 e 13.2). O cálculo da PEONA foi elaborado com base em metodologia atuarial a partir da estruturação de triângulos de desenvolvimento dos registros de sinistros por ocorrência dos eventos (triângulos de "run off"), que consideram o período de experiência de eventos avisados nos últimos 18 meses. O objetivo deste cálculo atuarial é estimar o total esperado dos valores de eventos ainda não conhecidos para um determinado período de ocorrência.

2.11 Tributos e contribuições a recolher

(a) Obrigações fiscais federais

(i) Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL): são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 ao ano e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais (notas 14 e 24). A CSLL é calculada à alíquota de 9% do lucro real (notas 14 e 24).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Demais obrigações fiscais federais: composta, principalmente, pelas provisões para o Programa de Integração Social (PIS) e COFINS as quais são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas à alíquota de 0,65% e de 4% respectivamente, ambas sobre o faturamento deduzido de eventos indenizáveis pagos (nota 14).

(b) Obrigações fiscais municipais

Corresponde à provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída à alíquotas que variam de 2% a 5% (nota 14).

2.12 Fornecedores e outras contas a pagar

Referem-se a obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificados no passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço que são classificados no passivo não circulante (nota 15).

2.13 Comercialização sobre operações

Compromissos relacionados a prestadores de serviços de intermediação de planos e comissões a pagar, que são, em sua maioria, liquidados mensalmente.

2.14 Débitos diversos

Obrigações a pagar a colaboradores, fornecedores, acionistas e adiantamentos de clientes decorrentes de recebimentos antecipados.

2.15 Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)

Os passivos fiscais diferidos cuja exigibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultam em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado (notas 2.1 e 9.1).

2.16 Passivos contingentes e obrigações legais

A Companhia e suas Controladas avaliam suas contingências passivas de acordo com as determinações emanadas pelo pronunciamento contábil CPC 25/IAS 37 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no qual apenas os processos estimados como "perdas prováveis", baseados na opinião dos assessores jurídicos internos e externos sobre a causa das ações, na similaridade com processos anteriores, na complexidade da causa e na jurisprudência em casos semelhantes, 100% dos valores pretendidos são provisionados (nota 16.1).

De acordo com o histórico são provisionados o equivalente a 25% dos valores pretendidos relacionados aos processos de natureza cível que possuem como objeto tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos em que a Companhia e/ou suas Controladas são partes estimados como "perdas possíveis". Tais processos por estarem diretamente relacionados com a atividade da Companhia e/ou de suas Controladas, a depender do seu resultado, podem: a) evidenciar uma falha na operação; b) indicar possível deficiência na prestação do serviço; c) macular a imagem.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente são analisados individualmente os processos administrativos com autuação pela ANS e órgãos de proteção e defesa do consumidor e de classe, com aplicação de sanção pecuniária e pendentes de julgamento, para os quais são estabelecidas estimativas individuais, que podem ser alteradas a depender da fase processual ou definição de entendimentos pelos órgãos. Os processos perante a ANS, a depender do seu resultado, podem gerar impacto nos indicadores de desempenho das operadoras de saúde e demais avaliações de âmbito regulatório, e os processos perante aos órgãos de proteção e defesa do consumidor e de classe podem acarretar prejuízos financeiros e de imagem.

Os processos judiciais relacionados a obrigações tributárias (legais, fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, por serem considerados obrigações legais e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (nota 17.1).

A Companhia recompra ações de sua própria emissão para lastrear o programa de opção de compra de ações (nota 17.6), as quais são registradas em reservas de lucros.

2.18 Reconhecimento das receitas

(a) Contraprestações efetivas

São receitas provenientes das operações de planos privados de assistência odontológica na modalidade de prépagamento, obrigatoriamente apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro rata die* do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As parcelas das contraprestações correspondentes aos dias do período de cobertura futuro estão contabilizadas na conta de PPCNG (notas 2.10 e 13.2).

(b) Vendas de bens e serviços

Provenientes das Controladas, (nota 18 (d)), são apropriadas ao resultado conforme regime de competência.

(c) Seguros

Corresponde as receitas provenientes de seguros de assistência odontológica por intermédio da Controlada Odontored (nota 1) apropriadas ao resultado conforme vigência do risco.

(d) Financeiras

Receitas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras e atualizações monetárias (nota 23).

2.19 Custo de serviços prestados

Os serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, juntamente com a constituição da PEONA. Os custos com operação da rede própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado pelo regime de competência (nota 20).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os sinistros provenientes da Controlada Odontored são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, com base nos avisos de sinistros recebidos, juntamente com a respectiva reserva técnica de sinistros.

2.20 Benefícios a empregados e Administradores

Em relação às participações de empregados e Administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, a Companhia e suas Controladas adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de empregados como resultado de participações, em despesas operacionais, conforme determinações do CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a Empregados; e (ii) efetuam o cálculo e contabilização, em despesas operacionais em contrapartida à conta do patrimônio líquido "outorga de opções de ações diferidas", de todos os custos estimados de opções de compra de ações outorgadas relativos aos contratos de pagamentos baseados em ações, conforme determinações do CPC 10 (R1)/IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações (nota 17.6).

2.21 Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP)

A distribuição de dividendos e JCP para os acionistas da OdontoPrev é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 50% sobre o lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido, desde que não pago, até o término do exercício social, na conta "dividendo adicional proposto", até a sua aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.22 Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro básico e o diluído por ação em conformidade com o CPC 41/IAS 33 – Resultado por Ação (nota 25).

2.23 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas. As receitas de contratos de seguros e planos odontológicos estão fora do alcance.

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - substitui as orientações existentes no CPC 38/ IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

CPC 10/IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações - O IASB publicou alterações no CPC 10/IFRS 2 para esclarecer a contabilização de determinados tipos de transação de pagamentos baseados em ações incluindo mensuração, classificação de pagamentos baseados em ações liquidados líquido de impostos, entre outros.

IFRS 16 – Contratos de arrendamento - substitui as normas de arrendamentos existentes, introduzindo um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações são efetivas para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, com exceção do IFRS 16 cuja vigência é para exercício iniciados após 01 de janeiro de 2019. A Companhia não concluiu, até a aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias, uma avaliação do potencial impacto da adoção das novas normas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e Consolidado e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, sendo as revisões reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) avaliação de passivos de seguros (notas 2.9, 2.10 e 13), (ii) avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas (notas 2.16 e 16).

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material incluem: (i) cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros (notas 2.6.4 e 7), (ii) avaliação de créditos tributários (notas 2.7.1 (a), 2.15 e 8), (iii) cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos não financeiros (notas 2.7.4 (a), 2.8 e 12.1).

4. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas Controladas mencionados a seguir são gerenciados por diferentes departamentos e contemplam políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela Administração.

As políticas e estratégias são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria, criado e instalado em 26 de março de 2010, por determinação do Conselho de Administração, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

4.1 Fatores de risco financeiro

4.1.1 Risco de mercado (taxa de juros)

Em seu mercado de atuação e situação patrimonial, o risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas estarem sujeitas a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor justo do portfólio das aplicações financeiras.

A Companhia e suas Controladas adotam a política de aplicação em títulos de emissão de instituições financeiras (CDBs) e de fundos de curto prazo, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN 392/15, alterada pela RN 419/16, ambas da ANS, para a garantia das provisões técnicas. A carteira de

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aplicações financeiras da Companhia e de suas Controladas está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico.

Em 30 de setembro de 2017, 75,8% (94,6% em 31 de dezembro de 2016) dos recursos no Consolidado estão aplicados em fundos de investimentos, tais fundos são impactados substancialmente pela variação da taxa SELIC.

Em atendimento à Instrução CVM 475 de 17 de dezembro de 2008 e ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a Companhia e suas Controladas realizaram análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação das taxas SELIC e IPCA, conforme destacado no quadro a seguir:

									Consolidado
								30 de set	embro de 2017
		Indexados à SELIC					Indexados ao IPCA		
		Certificados de		Fundo de	Títulos			Títulos	Total de
	SELIC	depósitos	Fundos de	investimentos	públicos	Títulos	IPCA	públicos	aplicações
	(a.a)1	bancários (CDBs)	investimentos	(multimercados)	federais (LFT)	públicos³	(a.a)1	federais (NTN-B)	financeiras
Nível hierárquico ²	-	2	2	2	1	1	-	1	-
Aplicações	-	18.881	1.467	376.057	85.367	1.984	-	14.555	498.311
Projeção rentabilidade próximos 12 meses:									
Provável	7,13%	1.346	105	26.813	6.087	141	3,30%	480	34.972
Queda 25%	5,35%	1.010	78	20.110	4.565	106	2,48%	360	26.229
Queda 50%	3,57%	673	52	13.406	3.043	71	1,65%	240	17.486
Elevação 25%	8,91%	1.683	131	33.516	7.608	177	4,13%	600	43.715
Elevação 50%	10,70%	2.019	157	40.219	9.130	212	4,95%	720	52.458

¹ Baseada nas curvas de juros disponibilizadas pela BM&F Bovespa S.A.

(a) certificados de depósitos bancários (CDBs): distribuição e classificação

				Consolidado	Ratings das instituiç				ções finaı	nceiras
	30 de setembro	Rendimento	31 de dezembro	Rendimento	Fitch		Moody's		S&P	
	de 2017	% do CDI	de 2016	% do CDI	CP	LP	CP	LP	CP	LP
China Construction Bank Brasil S.A.	899	102,5%	860	102,0%	F1+	AAA	NP	Ba1	-	brAA-
Banco Santander Brasil S.A.	-	-	3.289	100,7%	-	-	NP	Ba1	brA-1+	brAA-
Caixa Econômica Federal	17.982	100,9%	3.442	100,8%	F1+	AA+	NP	Ba2	brA-1+	brAA-
	18.881		7.591							

4.1.2 Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia e de suas Controladas diretas e indiretas não receberem os valores decorrentes das aplicações financeiras, contraprestações líquidas/contraprestações a receber e serviços prestados (notas 6, 7 e 19). A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber e apura provisão para perdas sobre créditos (nota 2.6.4).

A Companhia não possui cliente que represente concentração de faturamento de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros.

4.1.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e suas Controladas, assim como dos seus instrumentos financeiros, elaborando análises de fluxo de caixa projetado e revisando periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

² Classificação nível hierárquico (nota 2.6.3)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recebimentos que compõem o fluxo de caixa da Companhia e de suas Controladas são oriundos, basicamente, dos contratos coletivos e individuais na modalidade pré-pagamento, que prevê a liquidação da mensalidade em contrapartida ao direito de utilização do benefício, o que ocorre em sua maioria, no início de cada mês. Em contrapartida, os pagamentos à rede credenciada e corretores, principais fornecedores, transcorrem ao longo do mês. Tratam-se de ativos e passivos de curto prazo. A Companhia e suas Controladas monitoram os riscos de crédito e liquidez através dos indicadores a seguir:

					Consolidado
Risco	Indicador	Fórmula	Referência	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Crédito	Prazo médio de recebimentos (PMR)	<u>Faturas a receber - PPCNG x dias no período</u> Contraprestações líquidas	Dias	7	12
Liquidez	Prazo médio de pagamentos (PMP)	PESL x dias no período Eventos indenizáveis líquidos	Dias	22	12
Liquidez	Índice de liquidez geral (ILG)	Ativos circulante + realizável a longo prazo Passivos circulante + exigível a longo prazo	Proporção Ativo x Passivo	1,73	1,20

4.2 Risco de seguro e risco de flutuação dos custos odontológicos

O modelo de negócio da OdontoPrev é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro e de flutuação dos custos odontológicos, sendo que no setor de planos odontológicos o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de planos odontológicos são levados em consideração os fatores:

Modelo de risco: determina quem arca com o custo do tratamento odontológico durante o contrato: (i) prépagamento: a OdontoPrev arca total ou parcialmente a uma taxa mensal *per capita* que inclui a previsão atuarial dos gastos odontológicos, despesas administrativas e comerciais; (ii) pós-pagamento: o cliente paga uma taxa mensal *per capita* que inclui apenas as despesas administrativas e comerciais e, adicionalmente, a totalidade do custo dos tratamentos odontológicos quando de sua utilização.

O pré-pagamento tem sido a opção da grande maioria dos clientes, pois é mais previsível evitando oscilações de custos não previstas ao longo do contrato.

Modelo de atendimento: define como o beneficiário receberá a assistência odontológica contratada: (i) rede credenciada: são oferecidos serviços odontológicos de acordo a cobertura contratual, sem qualquer desembolso adicional, contando com sistemas de controle de qualidade e seleção de profissionais; (ii) livre escolha: atendimento por profissional de preferência, com o pagamento diretamente a este e posterior reembolso dos valores gastos nos limites contratuais; ou (iii) unidades de atendimento: segmento odontológico próprio que oferece atendimento ao beneficiário dentro do limite de sua cobertura contratual, ou consultórios odontológicos exclusivos no estabelecimento do cliente, mediante pagamento de uma taxa fixa sem designação de beneficiários ou taxa *per capita*.

Modelo de adesão: determina se o grupo de beneficiários será vinculado de forma integral (compulsória) ou parcial (livre adesão) ao plano e como se dará o pagamento da taxa mensal *per capita*, ou seja, se será totalmente custeado pelo cliente, pelo beneficiário ou por ambos.

Coberturas: conjunto de tratamentos odontológicos cujo custeio está total ou parcialmente coberto pelo plano contratado, a ANS determina uma cobertura odontológica mínima.

Fatores moderadores de utilização: regras de uso e acesso aos serviços odontológicos cobertos que contribuem na definição do custeio e evitam o uso predatório e abusivo, sendo os mais utilizados: (i) co-participação: o

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

beneficiário paga parte do valor dos tratamentos realizados; (ii) carências: períodos nos quais o beneficiário não poderá utilizar-se dos serviços cobertos por seu plano. Tais fatores estão presentes em diversas estruturas de planos, sobretudo por adesão e individuais.

Honorários: remunerações diferenciadas para os profissionais da rede credenciada e diversos patamares de reembolso de livre escolha.

Adicionalmente ao risco de seguros o risco de flutuação dos custos odontológicos também tem impacto direto nos contratos de planos odontológicos pois podem ser aumentados em decorrência do volume de utilização, legislação e elevação dos valores de materiais odontológicos.

Para gerenciar estes riscos a Companhia possui um sistema próprio que permite a avaliação individual de todos os tratamentos realizados, monitorando os custos odontológicos e promovendo a governança clínica dos eventos realizados.

Os contratos coletivos possuem prazo médio de 24 ou 36 meses, com cláusulas de multa por descumprimento contratual e de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade (custo de serviços dos últimos 12 meses dividido pela receita de vendas) e/ou pela inflação conforme índice oficial contratualmente previsto. São também comercializados contratos individuais ou familiares, com prazo de vigência de 12 meses, renováveis automaticamente por tempo indeterminado, com cláusulas de multa por rescisão e de reajuste conforme índice oficial contratualmente previsto.

A Companhia efetua acompanhamento constante de seus contratos para minimizar os riscos e garantir o equilíbrio financeiro destes.

Geralmente é admitido que um índice de sinistralidade de até 60% permite uma margem de contribuição (resultado bruto deduzido das despesas de comercialização dividido pela receita de vendas) capaz de suportar as despesas administrativas da Companhia. Em 30 de setembro de 2017 o índice de sinistralidade consolidado foi de 24,5% (48,9% em 30 de setembro de 2016) e a margem de contribuição de 65,4% (41,9% em 30 de setembro de 2016).

Consolidado:	acréscimo/reducão	margem de	e contribuição

	Perí	odo findo em		Variações do índice de sinistralidade				
	30 de setem	nbro de 2017		Igual a 60%		Igual a 40%		
Receita de vendas	1.065.546	100,0%	1.065.546	100,0%	1.065.546	100,0%		
Custo de serviços ¹ / ²	(260.667)	-24,5%	(639.328)	-60,0%	(426.218)	-40,0%		
Resultado bruto	804.879	75,5%	426.218	40,0%	639.328	60,0%		
Despesas de comercialização	(108.378)	-10,2%	(108.378)	-10,2%	(108.378)	-10,2%		
Margem de contribuição	696.501	65,4%	317.840	29,8%	530.950	49,8%		
(Redução)/Acréscimo em margem			(378.661)	-35,5 p.p	(165.551)	-15,5 p.p		
(Redução)/Acréscimo em margem excluindo INSS			(145.680)	-13,7 p.p	67.429	6,3 p.p		

¹Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros (nota 18).

²Excluindo os efeitos da reversão do INSS (nota 16.1 (b) (i)), o índice de sinistralidade seria de 46,3% e a margem de contribuição de 43,5%.

Consolidado:	acréscimo/redução	margem de	contribuição

	Perí	odo findo em		Variações do índice de sinistralidade					
	30 de setem	bro de 2016		Igual a 60%		Igual a 40%			
Receita de vendas	1.013.082	100,0%	1.013.082	100,0%	1.013.082	100,0%			
Custo de serviços¹	(495.550)	-48,9%	(607.849)	-60,0%	(405.233)	-40,0%			
Resultado bruto	517.532	51,1%	405.233	40,0%	607.849	60,0%			
Despesas de comercialização	(93.256)	-9,2%	(93.256)	-9,2%	(93.256)	-9,2%			
Margem de contribuição	424.276	41,9%	311.977	30,8%	514.593	50,8%			
(Redução)/Acréscimo em margem			(112.299)	-26,5 p.p	90.317	21,3 p.p			

¹Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros (nota 18).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3 Risco de estratégia - mercado de atuação (concorrência)

A Companhia opera em um mercado competitivo, concorrendo com as operadoras de seguro saúde e exclusivamente odontológicas, de planos médicos hospitalares, cooperativas odontológicas e entidades filantrópicas que oferecem planos odontológicos com benefícios similares.

A OdontoPrev comercializa planos odontológicos a empresas, associações e individuais por meio de: (i) equipe própria de vendas; (ii) corretores externos; (iii) parcerias comerciais e novos canais de distribuição; (iv) Bradesco e (v) Banco do Brasil.

Os fatores que impulsionam o crescimento do setor de planos odontológicos são: (i) desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda de serviços; (ii) falta de alternativa do sistema público; (iii) inclusão dos planos odontológicos nos pacotes de benefícios das empresas; (iv) oportunidades representadas pelo crescente interesse de novos canais de distribuição e (v) regulamentação.

4.4 Risco legal e regulatório - capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios determinados pela ANS, bem como otimizar o retorno sobre o capital para os acionistas. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico".

A Companhia mantém níveis de capital acima dos requerimentos regulatórios (nota 13.1).

5. Caixa e equivalentes de caixa

		Consolidado		
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa	9	9	78	78
Numerários em trânsito	9.663	12.002	9.663	12.113
Bancos conta movimento	1.226	2.775	1.844	4.413
Aplicações financeiras (conta corrente remunerada)	2.237	5.025	5.376	5.436
	13.135	19.811	16.961	22.040

6. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento (aplicações financeiras)

		Companhia		Consolidado
Classificação	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo circulante	18.881	7.591	18.881	7.591
Ativo circulante	-	-	1.467	1.374
Ativo circulante	368.694	382.356	376.057	396.548
Ativo circulante	85.367	-	85.367	-
Ativo circulante			1.984	824
	472.942	389.947	483.756	406.337
Ativo não circulante	14.555	14.235	14.555	14.235
	14.555	14.235	14.555	14.235
	487.497	404.182	498.311	420.572
	Ativo circulante Ativo circulante Ativo circulante Ativo circulante Ativo circulante Ativo circulante	Ativo circulante	Classificação 30 de setembro de 2017 31 de dezembro de 2016 Ativo circulante 18.881 7.591 Ativo circulante - - Ativo circulante 368.694 382.356 Ativo circulante 85.367 - Ativo circulante - - 472.942 389.947 Ativo não circulante 14.555 14.235 14.235 14.235	Classificação 30 de setembro de 2017 31 de dezembro de 2016 30 de setembro de 2017 Ativo circulante 18.881 7.591 18.881 Ativo circulante - - 1.467 Ativo circulante 368.694 382.356 376.057 Ativo circulante 85.367 - 85.367 Ativo circulante 472.942 389.947 483.756 Ativo não circulante 14.555 14.235 14.555 Ativo não circulante 14.555 14.235 14.555

CDBs: referem-se a títulos pós-fixados, indexados à taxa diária de juros dos certificados de depósitos interbancários os quais apresentam, em sua maioria, liquidez diária (nota 4.1.1 (a)).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fundos de investimentos: referem-se às cotas de fundos de investimentos que são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Fundo de investimentos (multimercados): participação da carteira administrada pelo Bradesco *Asset Management* junto ao fundo Referenciado DI Coral que mantém aplicado 100% de suas cotas em fundos de renda fixa.

Títulos públicos federais - Letras Financeiras do Tesouro (LFT): adquiridos a partir de 30 de março de 2017, referem-se à parte da carteira administrada pelo Bradesco *Asset Management*.

Títulos públicos federais – Notas do Tesouro Nacional (NTN-B): adquiridos a partir de 28 de março de 2016, referem-se à parte da carteira administrada pelo Bradesco *Asset Management*. Em 30 de setembro de 2017 o valor justo é de R\$15.704 (R\$14.396 em 31 de dezembro de 2016).

Títulos públicos – *Certificados de la Tesorería de la Federación* (CETES): instrumentos financeiros de renda fixa em moeda estrangeira.

Aplicações garantidoras de provisões técnicas: constituídas de acordo com a RN 392/15 alterada pela RN 419/16 apenas para as operadoras OdontoPrev e Rede Dental:

			Companhia		Consolidado
Provisões técnicas	Classificação	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
PESL (acima de 30/60 dias)	Passivo circulante	392	299	392	299
PEONA	Passivo circulante	78.136	68.458	78.833	69.267
Vínculo exigido ANS		78.528	68.757	79.225	69.566
PESL (total)	Passivo circulante	37.993	19.673	38.130	19.887
PEONA	Passivo circulante	78.136	68.458	78.833	69.267
Garantia exigida ANS		116.129	88.131	116.963	89.154
Vínculo e garantia das provisões técnica	ıs				
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	Ativo circulante	10.309	6.731	10.309	6.731
Fundos de investimentos	Ativo circulante	-	-	1.467	1.374
Fundo de investimentos (multimercados)	Ativo circulante	-	64.166	-	64.166
Títulos públicos federais (LFT)	Ativo circulante	53.859	-	53.859	-
Títulos públicos federais (NTN-B)	Ativo não circulante	14.555	14.235	14.555	14.235
Aplicações financeiras vinculadas		78.723	85.132	80.190	86.506
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	Ativo circulante	7.673	-	7.673	-
Títulos públicos federais (LFT)	Ativo circulante	31.508	-	31.508	-
Fundo de investimentos (multimercados)	Ativo circulante	-	2.999	-	2.999
Aplicações financeiras garantidoras		117.904	88.131	119.371	89.505

		Carteira de i	investimentos po	or prazos de ve	ncimentos originais	- Companhia
	Classificação	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	Ativo circulante	7.681	891	3.721	6.588	18.881
Fundo de investimentos (multimercados)	Ativo circulante	368.694	-	-	-	368.694
Títulos públicos federais (LFT)	Ativo circulante		<u>-</u>	-	85.367	85.367
Valor justo por meio do resultado		376.375	891	3.721	91.955	472.942
Títulos públicos federais (NTN-B)	Ativo não circulante		_	-	14.555	14.555
Mantidos até o vencimento			-	-	14.555	14.555
30 de setembro de 2017		376.375	891	3.721	106.510	487.497
31 de dezembro de 2016		382.356	4.149	-	17.677	404.182

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Carteira de in	vestimentos por	prazos de ven	cimentos originais -	Consolidado
	Classificação	Sem vencimento	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total
Certificados de depósitos bancários (CDBs	Ativo circulante	7.681	891	3.721	6.588	18.881
Fundos de investimentos	Ativo circulante	1.467	-	-	-	1.467
Fundo de investimentos (multimercados)	Ativo circulante	376.057	-	-	-	376.057
Títulos públicos federais (LFT)	Ativo circulante	-	-	-	85.367	85.367
Títulos públicos	Ativo circulante	-	1.984	-	-	1.984
Valor justo por meio do resultado		385.205	2.875	3.721	91.955	483.756
Títulos públicos federais (NTN-B)	Ativo não circulante	-	-	-	14.555	14.555
Mantidos até o vencimento			-	-	14.555	14.555
30 de setembro de 2017		385.205	2.875	3.721	106.510	498.311
31 de dezembro de 2016		397.922	4.973	-	17.677	420.572

	Movimentação da carteira de investimentos - Companh						ntos - Companhia
				Valor justo por m	eio do resultado	Mantidos até o vencimento	
		Fundo de	Títulos			Não circulante: Títulos	
		investimentos	públicos		Total	públicos federais	Total aplicações
	CDBs	(multimercados)	federais (LFT)	Títulos públicos	Circulante	(NTN-B) ¹	financeiras
31 de dezembro de 2015	20.301	-	-	283.549	303.850		303.850
Aplicações	3.440	859.331	-	-	862.771	13.980	876.751
(-) Resgates	(18.116)	(522.761)	-	(283.549)	(824.426)	(289)	(824.715)
Rendimentos	1.966	45.786	-		47.752	544	48.296
31 de dezembro de 2016	7.591	382.356	-	-	389.947	14.235	404.182
Aplicações	14.569	604.350	97.082	-	716.001	-	716.001
(-) Resgates	(4.209)	(651.855)	(14.742)	-	(670.806)	(495)	(671.301)
Rendimentos	930	33.843	3.027		37.800	815	38.615
30 de setembro de 2017	18.881	368.694	85.367		472.942	14.555	487.497

¹Resgates correspondentes à cupom de juros

	Movimentação da carteira de investimentos - Consolidado							
					Valor justo por me	io do resultado	Mantidos até o vencimento	
			Fundo de	Títulos			Não circulante: Títulos	
		Fundos de	investimentos	públicos		Total	públicos federais	Total aplicações
	CDBs	investimentos	(multimercados)	federais (LFT)	Títulos públicos	Circulante	(NTN-B)¹	financeiras
31 de dezembro de 2015	20.301	2.149	-	-	295.544	317.994	-	317.994
Aplicações	3.440	-	923.431	-	824	927.695	13.980	941.675
(-) Resgates	(18.116)	(1.029)	(574.190)	-	(295.544)	(888.879)	(289)	(889.168)
Rendimentos	1.966	254	47.307	-	-	49.527	544	50.071
31 de dezembro de 2016	7.591	1.374	396.548	-	824	406.337	14.235	420.572
Aplicações	14.569	-	649.566	97.082	2.893	764.110	-	764.110
(-) Resgates	(4.209)	-	(704.747)	(14.739)	(1.802)	(725.497)	(495)	(725.992)
Rendimentos	930	93	34.690	3.024	69	38.806	815	39.621
30 de setembro de 2017	18.881	1.467	376.057	85.367	1.984	483.756	14.555	498.311

¹Resgates correspondentes à cupom de juros

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde (empréstimos e recebíveis - clientes)

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Faturas a receber¹	161.825	160.226	162.896	161.285
Provisão para perdas sobre créditos	(45.483)	(48.251)	(45.678)	(48.449)
Contraprestações pecuniárias a receber	116.342	111.975	117.218	112.836
Notas de débito	1.289	1.595	1.289	1.595
Seguros a receber			7.022	4.760
Outros créditos com pianos de assistência à saúde	1.289	1.595	8.311	6.355
Créditos de operações com planos de assistência à saúde (Clientes)	117.631	113.570	125.529	119.191
1 Estão incluídos caldos o receber de portes relacionados demonstrados na poto 27				

¹ Estão incluídos saldos a receber de partes relacionadas demonstrados na nota 27.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					réditos de operações o	om planos de assist	ência à saúde por id	
				Companhia				Consolidado
	Faturas e notas de	Provisão para perdas	30 de setembro	31 de dezembro	Faturas, notas de débito	Provisão para perdas	30 de setembro	31 de dezembro
Vencimento	débito a receber	sobre créditos	de 2017	de 2016	e seguros a receber	sobre créditos	de 2017	de 2016
A vencer	98.214	(1.592)	96.622	87.839	106.082	(1.593)	104.489	93.428
Vencidas até 30 dias	19.591	(4.455)	15.136	19.854	19.626	(4.457)	15.169	19.884
Vencidas de 31 a 60 dias	8.692	(3.981)	4.711	3.053	8.693	(3.983)	4.710	3.054
Vencidas de 61 a 90 dias	6.500	(5.338)	1.162	2.824	6.502	(5.341)	1.161	2.825
Vencidas acima de 91 dias	30.117	(30.117)	-	-	30.304	(30.304)	-	-
	163.114	(45.483)	117.631	113.570	171.207	(45.678)	125.529	119.191

Movimentação da	provieão pa	ra nardae eabra	oráditos o	clientee
MOVIMENTACAO OS	i provisao dai	ra deroas sobre	creamos e	chemies

		Companhia	Consolid		
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	
Faturas a receber	161.825	160.226	162.896	161.285	
Provisão para perdas sobre créditos	(45.483)	(48.251)	(45.678)	(48.449)	
Saldo no início do exercício	(48.251)	(32.493)	(48.449)	(32.716)	
Provisões (reversões) constituídas no exercício, líquidas	(39.319)	(60.611)	(39.378)	(60.814)	
Perdas efetivas	42.087	44.853	42.149	45.081	
Contraprestações pecuniárias a receber	116.342	111.975	117.218	112.836	
Notas de débito	1.289	1.595	1.289	1.595	
Seguros a receber	-	-	7.022	4.760	
Outros créditos com planos de assistência à saúde	1.289	1.595	8.311	6.355	
Clientes	117.631	113.570	125.529	119.191	
Adiantamentos de clientes	(417)	(3.226)	(510)	(3.705)	
Clientes, Iíquido	117.214	110.344	125.019	115.486	

8. Créditos tributários e previdenciários (tributos a recuperar)

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
IRPJ	10	225	3.732	4.151
CSLL	3	3	853	667
IRRF	93	110	667	310
PIS e COFINS	207	222	2.367	3.574
ISS	1.290	1.143	1.331	1.174
Outros	-	-	106	93
	1.603	1.703	9.056	9.969

9. Realizável a longo prazo

9.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

					Companhia			Consolidado
				Debitado			Debitado	
		Expectativa de	31 de dezembro	(creditado) no	30 de setembro	31 de dezembro	(creditado) no	30 de setembro
Diferenças temporárias	Classificação	realização	de 2016	resultado	de 2017	de 2016	resultado	de 2017
Provisão para perda sobre créditos	Ativo não circulante	até 12 meses (nota 7)	16.405	(941)	15.464	16.473	(943)	15.530
Perdas indedutíveis (recuperação)	Ativo não circulante	acima de 12 meses	2.872	-	2.872	2.872	-	2.872
Provisões para ações judiciais (contingências)	Ativo não circulante	acima de 12 meses (nota 16.1 b)	109.199	(107.512)	1.687	109.302	(107.403)	1.899
Provisões diversas (outras contas a pagar)	Ativo não circulante	até 12 meses (nota 15)	6.461	(943)	5.518	6.666	(900)	5.766
Outras	Ativo não circulante	até 12 meses	5.940	1.879	7.819	7.587	2.063	9.650
Atualização monetária dos depósitos judiciais	Passivo não circulante	até 12 meses	(6.624)	6.624	-	(6.624)	6.624	-
IRPJ/CSLL diferidos, líquidos			134.253	(100.893)	33.360	136.276	(100.559)	35.717
Imposto de renda diferido Contribuição social diferida			98.715 35.538	(74.185) (26.708)	24.530 8.830	100.444 35.832	(73.941) (26.618)	26.503 9.214
IRPJ/CSLL diferidos, líquidos			134.253	(100.893)	33.360	136.276	(100.559)	35.717

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 Depósitos judiciais

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fiscais	1.635	1.512	3.741	3.618
COFINS	-	-	1.889	1.889
Outros	1.635	1.512	1.852	1.729
Previdenciárias e trabalhistas	1.163	45.317	1.712	45.799
INSS ¹	378	44.534	378	44.534
Outros	785	783	1.334	1.265
Cíveis	1.855	1.569	1.876	1.589
	4.653	48.398	7.329	51.006

Em 10 de julho de 2017 ocorreu o efetivo levantamento e ingresso na Companhia dos valores depositados judicialmente (nota 16.1 (b) (i)).

9.3 Outros créditos a receber a longo prazo

Provisão para riscos potenciais apurados na revisão de procedimentos contábeis, fiscais e trabalhistas de empresas adquiridas (nota 12.1), que tem como contrapartida o valor registrado em outras exigibilidades (nota 16.2).

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Prontodente	398		398	-
DentalCorp	1.463	1.365	1.463	1.365
Grupo Papaiz	-	-	1.323	1.323
	1.861	1.365	3.184	2.688

De acordo com contrato firmado os antigos sócios dessas empresas, em determinadas circunstâncias, garante o reembolso de eventuais pagamentos que a Companhia e suas Controladas sejam obrigadas a efetuar. Tais montantes encontram-se garantidos em aplicações efetuadas em fundos de investimentos e CDBs em nome dos antigos sócios, as quais somente poderão ser movimentadas mediante autorização da Companhia e de suas Controladas, minimizando assim qualquer risco de crédito.

10. Investimentos

							Companhia
			Pai	ticipações em C	Controladas	Outras	•
		OdontoPrev					Total de
Dados em 30 de setembro de 2017	Clidec	Serviços	Rede Dental	Odontored ¹	Total	Brasildental	investimentos
Capital social	12.790	2.278	1.162	3.128	-	9.500	-
Cotas/ações	12.790	2.278	1.162	19.511	-	380.000	-
Participação (%)	99,9	99,9	99,9	60,0	-	25,0	-
Ativos totais	28.907	14.056	5.725	12.923	-	25.495	-
Passivo circulante	1.980	6.030	2.633	7.576	-	11.674	-
Passivo não circulante	3.412	474	29	-	-	-	-
Patrimônio líquido	23.515	7.551	3.063	5.346	-	13.821	-
Receita líquida	9.808	22.979	8.643	6.279	-	25.594	-
Custos e despesas	6.290	22.006	7.313	6.163	-	18.316	-
Impostos e participações	818	1.298	734	325	-	3.000	-
Lucro (prejuízo) do período	2.700	(326)	597	(210)	-	4.278	-
31 de dezembro de 2016	21.624	10.779	3.965	3.260	39.628	2.594	42.222
Aumento de capital	-	-	-	527	527	-	527
Opção de venda em controlada	(810)	-	-	-	(810)	-	(810)
Dividendos	-	(3.000)	(1.500)	-	(4.500)	(207)	(4.707)
Receita (despesa) de equivalência patrimonial	2.700	(326)	597	(127)	2.844	1.070	3.914
30 de setembro de 2017	23.514	7.453	3.062	3.660	37.689	3.457	41.146

¹Para fins de consolidação são utilizadas demonstrações financeiras com um mês de defasagem (nota 1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No Consolidado em 30 de setembro de 2017 o saldo de investimentos é de R\$7.532 (R\$6.289 em 31 de dezembro de 2016) correspondente a investimentos em Coligadas (nota 1). Tais investimentos geraram receita de equivalência patrimonial em 30 de setembro de 2017 de R\$1.937.

11. Imobilizado

											Companhia
	Equiptos. de			Máquinas e	Móveis e	Equiptos. de	Equiptos.	Total de	Imobilizações	Outras imobilizações	
	computação	Veículos	Instalações	equiptos.	utensílios	comunicação	odontológicos	uso próprio	em curso	(benfeitorias)	Total
31 de dezembro de 2016	5.003	494	1.933	452	2.580	1.236	5	11.703	270	3.639	15.612
Aquisições	966	562	-	16	13	119	-	1.676			1.676
Baixas	(3)	(81)	-	-	(5)	-	-	(89)	-	-	(89)
Transferências	28	-	-	-	-	(28)	9	9	-	8	17
Depreciações	(1.142)	(146)	(195)	(55)	(304)	(114)	(7)	(1.963)	-	(886)	(2.849)
30 de setembro de 2017	4.852	829	1.738	413	2.284	1.213	7	11.336	270	2.761	14.367
Custo de aquisição	15.752	1.606	2.583	1.268	5.291	2.319	424	29.243	270	6.645	36.158
Depreciações acumuladas	(10.900)	(777)	(845)	(855)	(3.007)	(1.106)	(417)	(17.907)	=	(3.884)	(21.791)
Saldo contábil, líquido	4.852	829	1.738	413	2.284	1.213	7	11.336	270	2.761	14.367
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	10	10	10	10	10			20	

Consolidado

	Equiptos. de			Máquinas e	Móveis e	Equiptos. de	Equiptos.	Total de	Imobilizações	Outras imobilizações	
	computação	Veículos	Instalações	equiptos.	utensílios	comunicação	odontológicos	uso próprio	em curso	(benfeitorias)	Total
31 de dezembro de 2016	5.460	489	2.001	530	3.093	1.343	780	13.696	1.814	4.978	20.488
Aquisições	1.007	562	=	29	265	139	14	2.016		886	2.902
Baixas	(3)	(81)	=	-	(5)	-	(4)	(93)	-	-	(93)
Transferências	28	-	=	3	-	(28)	9	12	-	8	20
Depreciações	(1.287)	(141)	(207)	(66)	(379)	(123)	(100)	(2.303)	-	(1.203)	(3.506)
30 de setembro de 2017	5.205	829	1.794	496	2.974	1.331	699	13.328	1.814	4.669	19.811
Custo de aquisição	17.040	1.639	4.014	1.524	6.677	2.494	2.696	36.084	1.814	10.300	48.198
Depreciações acumuladas	(11.835)	(810)	(2.220)	(1.028)	(3.703)	(1.163)	(1.997)	(22.756)		(5.631)	(28.387)
Saldo contábil, líquido	5.205	829	1.794	496	2.974	1.331	699	13.328	1.814	4.669	19.811
Taxa anual de depreciação (%)	20	20	10	10	10		10			20	

12. Intangível

12.1 Ágio (*goodwill*) na aquisição de investimentos

Para o ágio proveniente das aquisições de investimentos, alocado às unidades geradoras de caixa (UGC's) a seguir, a Companhia avalia a sua recuperabilidade por meio da realização de testes de redução ao valor recuperável (nota 2.7.4 (a)):

										31 de dezembro
	Dad	os histórico	s relativos a	aquisição e/ou aprovação				30 de seter	nbro de 2017	de 2016
			Valor			Data da				
	Data	Valor total	patrimonial	Foco estratégico	UGC	incorporação	Ágio	Amortização ¹	Ágio líquido	Ágio líquido
Bradesco Dental	18/10/2009	723.392	313.752	Corporativo e individual	Bradesco	01/07/2010	409.640	-	409.640	409.640
Biodent	19/06/2008	2.837	98	Segmento premium	Care Plus	01/12/2008	2.739	(319)	2.420	2.420
Care Plus	19/06/2008	13.113	(230)	Segmento premium	Care Plus	01/12/2008	13.343	(1.563)	11.780	11.780
SRJSPE	26/06/2008	13.720	(130)	Segmento premium	Care Plus	01/12/2008	13.850	(1.616)	12.234	12.234
Rede Dental	08/10/2007	7.584	(119)	Regionalização	Rede Dental	não incorporada	7.703	(1.544)	6.159	6.159
OdontoServ ²	27/02/2009	30.841	10.025	Regionalização	OdontoServ	01/12/2009	20.816	-	20.816	20.816
Prontodente	22/12/2008	5.445	(235)	Médias e grandes empresas	OdontoPrev ⁵	01/12/2009	5.680	-	5.680	5.680
Sepao	24/10/2008	9.203	82	Médias e grandes empresas	OdontoPrev ⁵	01/12/2009	9.121	(303)	8.818	8.818
DentalCorp	09/02/2007	25.244	386	Pequenas e médias empresas	OdontoPrev ⁵	03/03/2008	24.858	(9.529)	15.329	15.329
Companhia		831.379	323.629			_	507.750	(14.874)	492.876	492.876
Easy	08/07/2008	3.100	456	Verticalização	-	não incorporada	2.644	(265)	2.379	2.379
G2D³	09/08/2012	750	416	Verticalização	-	não incorporada	334	-	334	334
Grupo Papaiz⁴	31/01/2013	5.487	780	Verticalização	-	não incorporada	6.008	-	6.008	4.707
Consolidado		840.716	325.281	•		<u>-</u>	516.736	(15.139)	501.597	500.296

¹ Amortização linear acumulada até 31 de dezembro de 2008, após esta data são realizados teste de *impairment*.

² Inclui Adcon incorporada em 01 de maio de 2014.

³ Empresa coligada (nota 1).

⁴ Equivale a 90,6% da participação da empresa Clidec na Clidec Participações (nota 1).

⁵ Equivale ao resultado total da Companhia deduzido das UGCs Bradesco, Care Plus e OdontoServ, englobando Prontodente, Sepao e DentalCorp. Tal agrupamento é devido ao foco estratégico destas aquisições estar intimamente relacionado às atividades comerciais e de retenção da OdontoPrev. bem como à identificação da entrada independente de caixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O último teste de *impairment* foi realizado em 31 de dezembro de 2016 no qual foi empregada a abordagem de renda através da metodologia do fluxo de caixa descontado (valor em uso) baseada na natureza da UGC avaliada, na existência de controle financeiro e operacional, histórico da UGC e na disponibilidade de projeções financeiras. Na ocasião deste teste, a Companhia concluiu que o valor em uso obtido mediante aplicação destas premissas é superior ao valor contábil.

12.2 Desenvolvimento de sistemas, licenças de uso de softwares e movimentação do intangível

					Companhia					Consolidado
	Desenvolvimento de					Desenvolvimento de				
	sistemas e licenças	Ativos intangíveis -		Ágio na aquisição		sistemas e licenças	Ativos intangíveis -		Ágio na aquisição	
	de uso de softwares	OdontoServ	Total	de investimentos	Total intangível	de uso de softwares	OdontoServ	Total	de investimentos	Total intangível
31 de dezembro de 2016	34.086	971	35.057	492.876	527.933	36.767	971	37.738	500.296	538.034
Adições	6.608	-	6.608	-	6.608	7.402	-	7.402	1.301	8.703
Transferências	-	-	-	-	-	(59)	-	(59)	-	(59)
Baixas	(45)	-	(45)	-	(45)	(45)	-	(45)	-	(45)
Amortizações	(2.070)	(323)	(2.393)	-	(2.393)	(2.209)	(323)	(2.532)	-	(2.532)
30 de setembro de 2017	38.579	648	39.227	492.876	532.103	41.856	648	42.504	501.597	544.101
Custo	60.346	8.527	68.873	507.750	576.623	64.671	8.527	73.198	516.736	589.934
Amortizações acumuladas	(21.767)	(7.879)	(29.646)	(14.874)	(44.520)	(22.815)	(7.879)	(30.694)	(15.139)	(45.833)
Saldo contábil, líquido	38.579	648	39.227	492.876	532.103	41.856	648	42.504	501.597	544.101
Período de amortização	5 anos	Vida útil - laudo de				5 anos	Vida útil - laudo de			
		avaliação					avaliação			

13. Recursos próprios mínimos e provisões técnicas

A ANS estabelece as regras para constituição de provisões técnicas e critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com RN 209/09, alterada pelas RNs 227/10, 243/10, 290/12, 313/12, 393/15 e Instrução Normativa (IN) 50/12.

13.1 Recursos próprios mínimos

- (a) O patrimônio mínimo ajustado (PMA) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital base.
- (b) A margem de solvência (MS) corresponde à suficiência (S) do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre 0,20 vezes a soma dos últimos 12 meses das contraprestações ou 0,33 vezes da média anual dos últimos 36 meses dos eventos líquidos.

Na tabela a seguir destacamos o cálculo de PMA, MS e S:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Companhia
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Capital base	8.146	7.908
(x) Fator K¹	3,23%	0,48%
Patrimônio mínimo ajustado (PMA)	263	38
Patrimônio líquido contábil	871.553	693.575
Obrigações legais²	1.457	47.482
Participações societárias em outras operadoras	(6.519)	(6.559)
Despesas de comercialização diferidas	(14.917)	(13.518)
Despesas antecipadas	(1.570)	(1.122)
Intangível	(532.103)	(527.933)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	317.901	191.925
(A) 0,20 vezes da soma das contraprestações - últimos 12 meses	285.749	275.351
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - útimos 36 meses	179.696	168.259
Margem de solvência (MS) total = maior entre (A) e (B)	285.749	275.351
Suficiência (insuficiência total)³ (PLA - MS total)	32.152	(83.426)
MS exigida ⁴ (%)	61,295%	55,760%
MS exigida ⁴ (R\$)	175.150	153.535
Suficiência exigida (PLA - MS exigida)	142.751	38.390

¹ Fator K corresponde a classificação: odontologia de grupo, segmento terciário, região 4 conforme anexo RN 209/09.

13.2 Movimentação das provisões técnicas

Conforme CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguro destacamos a seguir a movimentação das provisões relativas a eventos (passivos de seguros) e dos ativos diretamente relacionados aos contratos de seguros:

				Companhia						Consolidado
-	PPCNG	PESL	PEONA	DAC1	PPCNG	PESL	PEONA	SEGUROS	SINISTROS	DAC1
31 de dezembro de 2015	102.391	13.798	67.158	11.689	102.523	14.087	68.005	-	_	11.689
Eventos indenizáveis líquidos	-	605.584	-	-	-	602.964	-	-	-	-
Eventos pagos	-	(599.709)	-	-	-	(597.164)	-	-	-	-
Variação de PEONA	-	-	1.300	-	-	-	1.262	-	-	-
Contraprestações não ganhas	1.410.438	-	-	-	1.423.666	-	-	-	-	-
Contraprestações apropriadas ao resultado	(1.399.839)	-	-	-	(1.413.090)	-	-	-	-	-
Despesas de comercializações diferidas	-	-	-	25.797	-	-	-	-	-	25.797
Despesas de comercializações amortizadas	-	-	-	(23.968)	-	-	-	-	-	(23.968)
Seguros apropriados ao resultado	-	-	-	-	-	-	-	(4.845)	-	-
Seguros ²	-	-	-	-	-	-	-	7.726	-	-
Sinistros ocorridos	-	-	-	-	-	-	-	-	729	-
Sinistros pagos²	-	-	-	-	-	-	-	-	(99)	-
31 de dezembro de 2016	112.990	19.673	68.458	13.518	113.099	19.887	69.267	2.881	630	13.518
Eventos indenizáveis líquidos	-	464.317	-	-	-	462.150	-	-	-	-
Eventos pagos	-	(445.997)	-	-	-	(443.907)	-	-	-	-
Variação de PEONA	-	-	9.678	-	-	-	9.566	-	-	-
Contraprestações não ganhas	1.112.883	-	-	-	1.121.897	-	-	-	-	-
Contraprestações apropriadas ao resultado	(1.091.334)	-	-	-	(1.100.388)	-	-	-	-	-
Despesas de comercializações diferidas	-	-	-	17.212	-	-	-	-	-	17.212
Despesas de comercializações apropriadas	-	-	-	(15.813)	-	-	-	-	-	(15.813)
Seguros apropriados ao resultado	-	-	-	-	-	-	-	(6.278)	-	-
Seguros ²	-	-	-	-	-	-	-	7.656	-	-
Sinistros ocorridos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.073	-
Sinistros pagos²	-	-	-	-	-	-	-	-	(874)	-
30 de setembro de 2017	134.539	37.993	78.136	14.917	134.608	38.130	78.833	4.259	829	14.917

¹ Ativo diretamente relacionado a contratos de seguros.

² De acordo com a IN ANS 50/12, o montante das obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais, fiscais e tributárias em 31 de dezembro de 2012, deduzido das baixas realizadas em períodos subsequentes àquela data (liquidação no período de 2013 a 2020).

³ Margem de solvência total deverá ser constituída até 31 de dezembro de 2022 conforme RN 313/12.

⁴ Margem de solvência exigida conforme escala de diluição prevista na RN 313/12.

² Controle da Odontored assumido em 01 de abril de 2016 (nota 1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações fiscais (tributos a recolher)

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Obrigações fiscais federais	17.838	17.376	19.345	18.841
IRPJ	4.394	5.142	4.425	5.257
CSLL	1.947	2.211	1.959	2.215
COFINS	2.557	2.989	2.722	3.156
PIS	417	486	450	530
PIS, COFINS e CSLL (PCC)	1.169	1.207	1.183	1.238
IRRF	4.456	4.599	4.588	4.815
IVA¹	-	-	663	655
Taxa ANS ²	2.898	-	2.902	-
Outras	-	742	453	975
Obrigações fiscais estaduais	-	-	159	36
Obrigações fiscais municipais	1.521	1.479	1.836	1.788
	19.359	18.855	21.340	20.665

¹Imposto sobre valor agregado proveniente da Controlada Odontored.

15. Outras contas a pagar

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Provisões diversas	16.229	19.004	16.960	19.607
Comissões	4.493	4.284	4.493	4.284
Suporte TI e atendimento	1.372	440	1.435	467
Telecomunicações	3.831	2.148	3.831	2.149
Serviços	1.460	1.814	1.973	2.264
Associações de classe	17	-	17	-
Locação	22	556	44	590
Viagens	219	177	317	217
Eventos indenizáveis e encargos	4.764	9.540	4.784	9.576
Seguros	51	45	66	60
Devolução INSS¹	26.101	-	26.101	-
Créditos a identificar	6.766	6.825	6.766	6.931
Outros	298	96	381	181
	49.394	25.925	50.208	26.719

¹Acrescido de R\$292 relativo junho/2017

16. Não circulante

16.1 Provisões para ações judiciais (contingências)

Os valores relativos a perdas possíveis não provisionados referem-se a 1.582 processos cíveis (não relacionados a tratamentos realizados aos beneficiários dos planos odontológicos) e a 112 processos trabalhistas da Companhia e de suas Controladas. Em 30 de setembro de 2017 totalizam R\$51.380 (R\$45.403 em 31 de dezembro de 2016).

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Fiscais	1.394	1.394	2.562	2.562
Previdenciárias e trabalhistas	1.080	316.755	1.673	317.027
INSS	378	315.907	378	315.907
Outros	702	848	1.295	1.120
Cíveis	3.880	4.420	3.911	4.451
	6.354	322.569	8.146	324.040

^aValores provisionados, até decisão definitiva, em razão da liminar obtida em processo para discussão sobre a legalidade da cobrança da Taxa de Saúde Suplementar (TSS).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação das provisões para riscos - Companhia 30 de setembro de 2017 Previdenciárias e trabalhistas 31 de dezembro Cíveis Total Fiscal Movimentações INSS Outros de 2016 Saldo inicial 1 394 315 907 848 4 420 322 569 254 386 Constituição 19.982 654 1.382 22.018 42.674 (2.049)(2.763)Baixas (859)(2.908)Atualização monetária 13.310 59 127 13.496 28.272 (348.821) (348.821) Principal - exercícios anteriores (209.854)(209.854)(19.982) Principal - exercício atual (19.982)Atualização monetária - exercícios anteriores (nota 23) (79.884)(79.884)Atualização monetária - exercício atual (13.292)(13.292)Devolução cliente pós-pagamento - principal (nota 15) (18.494)(18.494)Devolução cliente pós-pagamento - atualização monetária (nota 15) (7.315)(7.315)Provisão 1.394 378 702 3.880 322.569 6.354 Depósitos judiciais (nota 9.2) (1.635)(378) (785) (1.855) (4.653) (48.398)

(83)

2.025

1.701

173

274.171

299

(241)

			Movim	entação das pro	visões para risc	os - Consolidado
				30 de sete	embro de 2017	
	_	Previdenciárias e	trabalhistas		_	31 de dezembro
Movimentações	Fiscal	INSS	Outros	Cíveis	Total	de 2016
Saldo inicial	2.562	315.907	1.120	4.451	324.040	255.888
Constituição	-	19.982	1.011	1.382	22.375	42.674
Baixas	-	-	(900)	(2.049)	(2.949)	(2.806)
Atualização monetária	-	13.310	64	127	13.501	28.284
Reversão INSS	-	(348.821)	-	-	(348.821)	-
Principal - exercícios anteriores	-	(209.854)	-	-	(209.854)	-
Principal - exercício atual	-	(19.982)	-	-	(19.982)	-
Atualização monetária - exercícios anteriores (nota 23)	-	(79.884)	-	-	(79.884)	-
Atualização monetária - exercício atual	-	(13.292)	-	-	(13.292)	-
Devolução cliente pós-pagamento - principal (nota 15)	-	(18.494)	-	-	(18.494)	-
Devolução cliente pós-pagamento - atualização monetária (nota 15)	<u> </u>	(7.315)	<u> </u>		(7.315)	
Provisão	2.562	378	1.295	3.911	8.146	324.040
Depósitos judiciais (nota 9.2)	(3.741)	(378)	(1.334)	(1.876)	(7.329)	(51.006)
Provisão líquida	(1.179)		(39)	2.035	817	273.034
Quantidade de processos					188	312

(a) Fiscais:

Provisão líquida

Quantidade de processos

A Companhia e sua Controlada Clidec pleitearam através de ação judicial a possibilidade de recolhimento da COFINS na forma determinada pela LC7/70 e não na forma preconizada pela Lei 9.718/98, bem como a compensação com a CSLL da diferença dos valores recolhidos à alíquota de 3%. Houve êxito parcial do pedido, tendo sido declarada a inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo da COFINS.

(b) Previdenciárias e trabalhistas:

(i) INSS

Em junho de 2017 a Companhia recebeu decisão judicial favorável com trânsito em julgado no processo movido contra a União Federal, onde foi confirmado o direito de não recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos dentistas credenciados, à alíquota de 20%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às operadoras, mas aos beneficiários, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da referida contribuição. Em 30 de junho de 2017 foi realizada a reversão integral dos valores provisionados, os quais totalizam R\$303.266, para os quais não havia depósitos judiciais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vale mencionar, ainda, que a Bradesco Dental S.A. ("Bradesco Dental) (incorporada à Companhia em 01 de julho de 2010), possuía processo judicial com o mesmo objeto e com decisão final também transitada em julgado, teve o pedido de levantamento dos depósitos judiciais deferido pelo juízo. Em 30 de junho de 2017 a provisão de R\$45.554 foi revertida e, em 10 de julho de 2017 ocorreu o levantamento e efetivo ingresso na Companhia dos valores depositados.

Em 30 de setembro de 2017, o saldo remanescente é R\$378 relativo ao questionamento atrelado a remunerações pagas aos corretores autônomos.

A Controlada Rede Dental também mantém questionamento judicial, ainda em tramitação no Poder Judiciário, porém, efetua regularmente os recolhimentos mensais.

(ii) Outras

A Companhia e suas Controladas são parte em ações trabalhistas, sendo a grande maioria pedidos de: (i) reconhecimento de vínculo empregatício; (ii) equiparação salarial; (iii) horas extras; (iv) enquadramento sindical; (v) indenizações. Em 30 de setembro de 2017 o montante total provisionado é de R\$1.295 (R\$1.120 em 31 de dezembro de 2016).

(c) Contingências cíveis:

A Companhia e suas Controladas são parte em processos judiciais cíveis, cujo objeto, em sua grande maioria, é a indenização por danos materiais e morais, totalizando em 30 de setembro de 2017 o montante de R\$3.911 (R\$4.451 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Autos de infração stock options:

Em 31 de agosto de 2015, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração, abaixo resumidos, sob alegação de que a Companhia remunerou os Administradores e Empregados que estavam vinculados ao programa de outorga de opções de compra de ações exercidas nos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012.

- (i) Créditos tributários referentes a contribuições previdenciárias relativas aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, cumuladas com juros de mora e multa de ofício, nos montantes de R\$23.113 (contribuição da empresa e GILRAT/SAT) e R\$3.735 (terceiros). Impugnação apresentada, sobreveio Acórdão da 9ª Turma da DRJ/Ribeirão Preto-SP, dando parcial provimento à impugnação, no sentido de reconhecer o caráter remuneratório. Mantido o crédito tributário lançado, com a exclusão da parcela do benefício correspondente às ações sujeitas ao *lock up* (nota 17.7) da base de cálculo. Valor pós-decisão: R\$14.971. Em 07 de junho de 2016 a Companhia interpôs Recurso voluntário ao CARF. A probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda possível.
- (ii) Multa isolada, em razão da suposta falta de retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), relativo aos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012, no valor total de R\$14.425. Impugnação apresentada, sobreveio Acórdão da 3ª Turma da DRJ/Ribeirão Preto-SP, dando parcial provimento à impugnação, no sentido de reconhecer o caráter remuneratório. Mantido o crédito tributário lançado, com a exclusão da parcela do benefício correspondente às ações sujeitas ao *lock up* da base de cálculo. Valor pós-decisão: R\$5.843. Em 27 de dezembro de 2016 a Companhia interpôs Recurso voluntário ao CARF. A probabilidade julgada pela Administração, baseada na representação de seus assessores jurídicos, é avaliada como de perda remota.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Seguro de garantia judicial stock options.

A Companhia, em atendimento à deliberação do Conselho de Administração na RCA de 28 de março de 2017, contratou seguro de garantia judicial junto à seguradora de mercado a fim de garantir e suportar obrigações em processos judiciais da Companhia e dos beneficiários do plano de opção de compra de ações aprovado em Assembleia Geral (que possuam ou venham a possuir bens arrolados ou em constrição e/ou que seja necessário garantia para discussão judicial), em razão de procedimentos judiciais e administrativos iniciados por autoridades fiscais em virtude do exercício das opções pelos referidos beneficiários. Os valores assegurados por tais apólices totalizam R\$5.243.

16.2 Outras exigibilidades

		Companhia		Consolidado
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Prontodente	398	-	398	-
DentalCorp	813	824	813	824
Grupo Papaiz	-	-	1.323	1.323
	1.211	824	2.534	2.147

16.3 Opção de venda em Controlada (débitos diversos)

			Acordo de Acionistas				Reconhecimento
Controladora	Controlada	Data de			Contrapartida	30 de setembro	31 de dezembro
(nota 1)	(nota 1)	exercício	Premissas	Conta	(nota 17.2)	de 2017	de 2016
-			(a) preço base maior montante entre: (i) aportes de capital realizados pelos				
			minoritários até o exercício da opção de venda x 3; (ii) 9 x EBITDA dos 12 meses	Opção de			
			que antecedem exercício; (b) taxa de desconto: remuneração de bônus	vendas em	Outras reservas		
			governamentais do México (6,72% a.a.); (c) taxa de conversão: reais x pesos	Controladas	de capital		
			mexicanos; (d) alterações prospectivas no valor presente de exercício	(Exígivel a longo	(Patrimônio		
OdontoPrev	Odontored	01/04/2019	contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.	prazo)	líquido)	21.432	19.135
				Opção de			
				vendas em	Outras reservas		
		Durante	(a) preço equivale 4 x EBITDA dos últimos 12 anteriores a notificação acrescido	Controladas	de capital		
	Clidec	anos 2017	de dividas e deduzido das disponibilidades; (b) taxa de desconto: CDI Pré Fixado	(Exígivel a longo	(Patrimônio		
Clidec	Participações	e 2018	longo Prazo (720 dias) - (14,06% a.a.)	prazo)	líquido)	810	-
						22.242	19,135

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

		Oompanna
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Capital social subscrito e integralizado (R\$ mil)	506.557	506.557
Número de ações ordinárias, sem valor nominal (qtd. ações)	531.294.792	531.294.792
Artigo 8° Estatuto - autorização para emissão de ações, sem reforma Estatutária (qtd. ações)	80.000.000	80.000.000
Cotação de fechamento: ODPV3 - BMF&BOVESPA (R\$/ação)	15,43	12,60
Valor patrimonial (R\$/ação)	1,65	1,31

Companhia

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2 Reservas de capital

	Con	npanhia e Consolidado
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ágio na emissão de ações	48.392	48.392
Opções outorgadas	32.601	32.782
Outorga de opções de ações diferidas	(13.798)	(21.617)
Capital adicional integralizado	(23.970)	(24.075)
Outras reservas de capital	(22.242)	(19.135)
	20.983	16.347

Opções outorgadas: saldos da 6ª e 7ª e montante estimado da 8ª a 12ª outorgas de opções, utilizando a metodologia de cálculo *Black & Scholes* (nota 17.6).

Outorga de opções de ações diferidas: montante estimado da 9ª a 12ª outorgas de opções a ser apropriado pelo período de *vesting* (nota 17.7).

Capital adicional integralizado: montante da diferença entre a constituição estimada pela metodologia de cálculo Black & Scholes e o montante de exercício da 1ª a 7ª outorga de opções.

Outras reservas de capital: contrapartida da opção de venda registrada no exigível a longo prazo (nota 16.3).

17.3 Reservas de lucros

	Com	panhia e Consolidado
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Reserva legal	77.435	77.435
Reserva de retenção de lucros	61.438	61.438
Reserva de incentivos fiscais	129	129
	139.002	139.002

Reserva legal: constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros: conforme legislação vigente, os resultados apurados serão distribuídos da seguinte forma: (i) 5% para constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, ii) dividendo obrigatório mínimo de 50% sobre o lucro líquido observando os seguintes ajustes: a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas e iii) constituição de reserva de lucros e distribuição de dividendos além dos dividendos obrigatórios nas condições da Lei 6.404/76.

17.4 Ações em tesouraria

Em 25 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de 6.202.418 ações de emissão da própria Companhia mediante a utilização de recursos consignados em reserva estatutária com o objetivo de lastrear 100% as opções de compra de ações outorgadas em 2011 (5ª), 2012 (6ª) e 2013 (7ª), o qual foi concluído em 03 de novembro de 2014 após aquisição de 5.294.627 ações e cancelamento de 907.791 opções face a desligamentos.

O saldo de ações em tesouraria em 30 de setembro de 2017 é de R\$3.420 equivalente à 376.304 ações (R\$3.793 equivalentes à 417.440 ações em 31 de dezembro de 2016). A cotação média de aquisição das ações foi de R\$9,09.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.5 Deliberações

No quadro a seguir destacamos os montantes deliberados a título de dividendos e juros sobre capital próprio:

						Companhia
			Deliberação	_		Competência
			Provento por	Data do		
Aprovação	Tipo	Data	ação (R\$)	pagamento	2017	2016
RCA	Juros sobre capital próprio	14/03/2016	0,02253	05/04/2016	-	11.902
RCA	Juros sobre capital próprio	14/06/2016	0,02157	05/07/2016	-	11.402
RCA	Juros sobre capital próprio	15/09/2016	0,02135	05/10/2016	-	11.337
RCA	Juros sobre capital próprio	13/12/2016	0,02222	04/01/2017	-	11.797
RCA	Juros sobre capital próprio	15/03/2017	0,02385	05/04/2017	12.664	-
RCA	Juros sobre capital próprio	19/06/2017	0,02140	05/07/2017	11.363	-
RCA	Juros sobre capital próprio	18/09/2017	0,02199	04/10/2017	11.675	-
			Juros sobre ca	pital próprio	35.702	46.438
RCA	Dividendos intercalares	27/04/2016	0,08162	03/06/2016	-	43.115
RCA	Dividendos intercalares	27/07/2016	0,04497	05/09/2016	-	23.779
RCA	Dividendos intercalares	26/10/2016	0,04520	05/12/2016	-	23.998
RCA	Dividendos intercalares	26/04/2017	0,08006	05/06/2017	42.507	-
RCA	Dividendos intercalares	26/07/2017	0,18837	05/09/2017	100.000	-
RCA	Dividendos intercalares	25/10/2017	0,10085	06/12/2017	53.544	-
			Dividendos	intercalares _	196.051	90.892
AGO	Dividendo adicional proposto	28/03/2017	0,06679	04/05/2017	-	35.462
		C	ividendo adicio:	nal proposto		35.462
		Tot	al de proventos	deliberados	231.753	172.792
DCA - Davis	ião do Concelho do Administração	_		-		

RCA = Reunião do Conselho de Administração. AGO = Assembleia Geral Ordinária.

Dividendo adicional proposto: conforme AGO realizada em 28 de março de 2017, foi aprovado o dividendo complementar de R\$35.462, sendo composto integralmente pelo lucro líquido de 2016.

17.6 Outorga de opções de compra de ações (stock options)

A AGE de 19 de abril de 2007 aprovou a criação de Plano de opção de compra de ações (Plano), nos termos do artigo 19 - XVIII do Estatuto Social, destinado aos empregados e Administradores da Companhia e de suas Controladas, o qual foi alterado através da AGE de 20 de maio de 2015. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, com poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas. As opções outorgadas através do Plano estão limitadas a 5% do capital total.

		Outorgas concedidas
Definições do Plano	1ª a 8ª	9ª a 12ª
Definições do Fiano	(2007 a 2014)	(2015 em diante)
Preço de exercício	Correção por IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, deduzidas as remunerações aos acionistas Sua liquidação será efetuada com recursos próprios do beneficiário	Correções e deduções deixam de ser aplicadas Sua liquidação será efetuada com recursos próprios do beneficiário
Período de <i>vesting</i> (permanência do beneficiário na Companhia)	3 anos da data de celebração do Instrumento de Outorga	3 anos da data de celebração do Instrumento de Outorga
Prazo máximo para exercício	6 anos, com exercício total ou parcial com comunicação por escrito 1 mês de antecedência de cada RCA ou prazo comunicado	5 anos, com exercício total ou parcial com comunicação por escrito 1 mês de antecedência de cada RCA ou prazo comunicado
Lock-up (período de vedação de negociação)	3 anos a partir da data do exercício da opção	2 anos a partir da data do exercício da opção

A seguir relacionamos as 12 outorgas do Plano concedidas de 2007 a 2016, bem como o valor justo do benefício constituído, estimado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes* (metodologia que considera volatilidade das ações, preço de exercício da ação, preço de mercado da ação, período de carência, taxa de desconto livre de risco entre outros):

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

										Outorgas		Volatilidade	-	to unitário do
							Original	Após des	sdobramento	os (<i>splits</i>)²	Taxa livre	anualizada	benefício na	outorga (R\$)
		Data da				Preço de	Preço de		Preço de	Preço de	de risco	esperada		
N°	Ano	aprovação	Recomendação¹	Aprovação	Quantidade	exercício	mercado	Quantidade	exercício	mercado	(%)	(%)	Original	Após splits¹
1ª	2007	02/08/2007	DP	CA	221.859	44,85	53,79	2.662.308	3,74	4,48	11,3	33,9	20,18	1,68
2ª	2008	28/02/2008	DP	CA	353.494	32,42	45,85	4.241.928	2,70	3,82	11,4	24,3	19,72	1,64
3ª	2009	25/03/2009	DP	CA	255.002	17,60	24,30	3.060.024	1,47	2,03	9,3	40,6	14,17	1,18
4ª	2010	11/08/2010	CGP	CA	698.707	12,93	16,88	2.096.121	4,31	5,63	4,0	26,6	7,00	2,33
5ª	2011	20/09/2011	CGP	CA	583.815	20,87	28,20	1.751.445	6,96	9,40	5,3	30,1	13,23	4,41
6ª	2012	20/09/2012	CGP	CA	1.609.097	8,22	11,60	1.609.097	8,22	11,60	0,4	36,1	5,01	5,01
7ª	2013	20/08/2013	CGP	CA	3.000.000	7,44	9,25	3.000.000	7,44	9,25	5,1	36,2	3,66	3,66
8 ^a	2014	25/02/2014	DP	CA	228.497	7,30	8,70	228.497	7,30	8,70	5,7	33,4	3,25	3,25
9ª	2015	26/05/2015	CGP	CA	2.679.397	10,79	11,31	2.679.397	10,79	11,31	12,9	28,2	4,43	4,43
10 ^a	2015	19/11/2015	CGP	CA	2.572.186	9,81	10,18	2.572.186	9,81	10,18	15,4	27,3	4,29	4,29
11ª.	2016	01/07/2016	CGP	CA	392.680	11,41	13,55	392.680	11,41	13,55	12,2	29,5	6,03	6,03
12ª.	2016	26/10/2016	DP/CGP	CA	2.889.498	13,03	12,35	2.889.498	13,03	12,35	11,4	29,2	4,04	4,04
								27,183,181						

DP = Diretor Presidente / CGP = Comitê de Gestão de Pessoas

Foi reconhecida como despesa com planos de opções de ações em função do decurso de prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$7.820 em 30 de setembro de 2017 (R\$6.897 em 30 de setembro de 2016).

			Iní	cio do período	Ca	ancelamentos	Opçõ	es exercidas	Fin	al do período
			Valor justo da	Custo máximo	Elegíveis	Opções		Opções		Opções
Ano	Elegíveis	Opções	opção	(R\$ mil)	desligados	canceladas1	Elegíveis	exercidas ²	Elegíveis	existentes
2007	31	2.662.308	1,68	4.477	10	989.304	21	1.673.004	-	
2008	46	4.241.928	1,64	6.970	9	977.544	37	3.264.384	-	-
2009	51	3.060.024	1,18	3.614	10	839.916	41	2.220.108	-	-
2010	47	2.096.121	2,33	4.894	8	199.803	39	1.896.318	-	-
2011	45	1.751.445	4,41	7.726	7	221.174	38	1.530.271	-	-
2012	51	1.609.097	5,01	8.055	12	358.112	38	1.215.985	1	35.000
2013	52	3.000.000	3,66	10.994	12	672.650	36	2.172.067	4	155.283
2014	1	228.497	3,25	742	-	-	-	-	1	228.497
2015	47	2.679.397	4,43	11.858	5	341.003	-	-	42	2.338.394
2015	57	2.572.186	4,29	11.030	8	287.035	-	-	49	2.285.151
2016	1	392.680	6,03	2.367	-	-	-	-	1	392.680
2016	59	2.889.498	4,04	11.674	2	72.628	-	-	57	2.816.870
		27.183.181		84.401	•	4.959.169	-	13.972.137	•	8.251.875

¹A quantidade total outorgada deduzida dos cancelamentos é de 22.224.012 ações representando 4,2% do capital total de 531.294.792 ações.

18. Segmentos operacionais

As atividades da Companhia e de suas Controladas são organizadas nos seguintes segmentos de negócios:

- (a) Corporativo: clientes com porte acima de 200 beneficiários;
- (b) PME: clientes entre 3 a 199 vidas;
- (c) Individual: planos mensais e anuais comercializados à pessoas físicas;
- (d) Outros: segmentos com menor representatividade no total das receitas da Companhia, sendo: (i) atendimento odontológico em consultórios próprios (Clidec); (ii) serviços administrativos e consultivos prestados (OdontoPrev Serviços); (iii) aquisição e distribuição de materiais odontológicos para rede credenciada (Dental Partner); (iv) desenvolvimento de programas de computação (Easy); (v) seguros dentais (Odontored).

¹ Nas sete primeiras outorgas Randal Luiz Zanetti (ex Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração desde 01 de abril de 2014) foi voluntariamente não beneficiário

² Desdobramentos (splits) de 01 de julho de 2010 e 02 de abril de 2012.

²Alienação aprovada pelo Conselho de Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	co	RPORATIVO		PME		INDIVIDUAL		OUTROS		TOTAL
	Período findo em 30	de setembro de	Período findo em 30 de setembro de		Período findo em 30 de setembro de		Período findo em 30 de setembro de		Período findo em 30 de setembro de	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contraprestações líquidas	711.225	721.133	167.428	142.977	221.735	185.165	-	-	1.100.388	1.049.275
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde	(23.841)	(23.253)	(6.789)	(5.641)	(11.904)	(9.794)	-	-	(42.534)	(38.688)
Vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	8.107	6.641	8.107	6.641
Impostos sobre vendas de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	(6.693)	(6.926)	(6.693)	(6.926)
Seguros	-	-	-	-	-	-	6.278	2.780	6.278	2.780
RECEITA DE VENDAS	687.384	697.880	160.639	137.336	209.831	175.371	7.692	2.495	1.065.546	1.013.082
Custo de serviços ^{1 2}	(365.872)	(389.130)	(69.096)	(62.419)	(57.652)	(43.694)	231.953	(307)	(260.667)	(495.550)
RESULTADO OPERACIONAL	321.512	308.750	91.543	74.917	152.179	131.677	239.645	2.188	804.879	517.532
Despesas de comercialização	(38.811)	(38.961)	(19.623)	(18.008)	(49.807)	(36.294)	(137)	7	(108.378)	(93.256)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	282.701	269.789	71.920	56.909	102.372	95.383	239.508	2.195	696.501	424.276
Margem x receita de vendas (%)	41,1	38,7	44,8	41,4	48,8	54,4	3.113,7	88,0	65,4	41,9
Margem x total (%)	40,6	63,6	10,3	13,4	14.7	22,5	34,4	0.5	100,0	100,0

¹Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros. ²Inclui R\$232.981 de reversão INSS (nota16.1 (b) (i)).

Adicionalmente a margem de contribuição por segmento, os Administradores avaliam o LAJIDA bem como os demais componentes do lucro líquido do exercício consolidado:

Consolidado: Cálculo LAJ	IDA ¹ no período findo em 30 de	setembro de
	2017	2016
Margem de contribuição	696.501	424.276
Outras receitas	1.497	1.136
Despesa administrativa excluindo depreciação	(170.576)	(146.542)
Provisão para perdas sobre créditos	(39.378)	(43.290)
Participações no resultado	(12.717)	(8.174)
LAJIDA Brasildental ²	1.451	739
LAJIDA ³	476.778	228.145
Margem LAJIDA (% da Receita de vendas)	44,7	22,5

¹Lucro antes dos impostos e depreciações e amortizações.

³Excluindo os efeitos da reversão do INSS de R\$219.013 o LAJIDA seria de R\$257.765 e a margem LAJIDA de 24,2.

Consolidado: Conciliação LAJIDA - Lucro líquido do p	eríodo findo em 30 de	setembro de
	2017	2016
LAJIDA	476.778	228.145
Variação PEONA	(9.566)	(7.886)
Reserva de sinistros	(50)	(107)
Depreciações e amortizações	(6.038)	(5.275)
Outorga de opções de ações	(7.820)	(6.897)
Resultado de equivalência patrimonial, líquida LAJIDA Brasildental	486	224
Resultado financeiro líquido	119.599	16.768
IRPJ / CSLL corrente e diferido	(186.650)	(67.788)
Lucro líquido do período	386.739	157.184

19. Receita de vendas

Período findo em 30 de setembro de		Consolidado			
		Período findo em 30 de setembro de			
2017	2016	2017	2016		
1.091.334	1.039.376	1.100.388	1.049.275		
(42.038)	(38.176)	(42.534)	(38.688)		
-	-	8.107	6.641		
-	-	(6.693)	(6.926)		
-	-	6.278	2.780		
1.049.296	1.001.200	1.065.546	1.013.082		
	2017 1.091.334 (42.038)	Período findo em 30 de setembro de 2017 2016 1.091.334 1.039.376 (42.038) (38.176)	Período findo em 30 de setembro de Período findo em 30 2017 2016 2017 1.091.334 1.039.376 1.100.388 (42.038) (38.176) (42.534) - - 8.107 - - (6.693) - - 6.278		

²Equivalente a participação na coligada Brasildental (nota 1).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custo de serviços

		Companhia	Período findo em 30 de setembro de		
	Período findo em 30	de setembro de			
	2017	2016	2017	2016	
Eventos indenizáveis líquidos	(464.317)	(451.416)	(462.150)	(448.397)	
Encargos sociais sobre serviços¹	213.239	(29.775)	213.221	(29.839)	
Materiais odontológicos	(9.586)	(10.888)	(4.963)	(6.077)	
Outras receitas (despesas) operacionais	1.324	(3.339)	(5.752)	(10.932)	
Materiais operacionais	(3.467)	(4.803)	(3.504)	(4.829)	
Unidades próprias	-	-	(7.055)	(7.584)	
(Provisões)/reversões	4.791	1.464	4.807	1.481	
Variação da PEONA	(9.678)	(7.820)	(9.566)	(7.886)	
Sinistros	-	-	(1.023)	(305)	
Reservas técnicas de sinistro	-	-	(50)	(107)	
	(269.018)	(503.238)	(270.283)	(503.543)	

¹Inclui R\$232.981 de reversão do INSS (nota 16.1 (b) (i)).

21. Despesas de comercialização (despesas com vendas)

Correspondem às comissões incorridas junto às corretoras independentes e a outros canais de distribuição. Em 30 de setembro de 2017 totalizaram R\$108.222 e R\$108.378 (R\$93.241 e R\$93.256 em 30 de setembro de 2016), na Companhia e no Consolidado, respectivamente.

22. Despesas administrativas

		Companhia		Consolidado
	Período findo em 30	de setembro de	Período findo em 30	de setembro de
	2017	2016	2017	2016
Pessoal e serviços de terceiros	(114.064)	(98.098)	(118.166)	(96.775)
Localização e funcionamento	(27.615)	(28.457)	(32.287)	(32.456)
Publicidade e propaganda	(7.338)	(6.448)	(7.608)	(6.680)
Taxas e tributos	(9.499)	(8.665)	(9.761)	(8.889)
Depreciações e amortizações	(5.242)	(4.827)	(6.038)	(5.275)
Outras	(1.970)	(1.251)	(2.754)	(1.742)
	(165.728)	(147.746)	(176.614)	(151.817)

23. Resultado financeiro

	Companhia	Consolidado		
Período findo em 30	de setembro de	Período findo em 30	30 de setembro de	
2017	2016	2017	2016	
38.615	35.261	39.621	36.543	
1.398	2.512	1.398	2.512	
79.884	-	79.884	-	
1.455	1.271	2.062	1.708	
121.352	39.044	122.965	40.763	
(2.355)	(2.316)	(2.379)	(2.352)	
(204)	(20.977)	(209)	(20.986)	
(695)	(568)	(778)	(657)	
(3.254)	(23.861)	(3.366)	(23.995)	
118.098	15.183	119.599	16.768	
	2017 38.615 1.398 79.884 1.455 121.352 (2.355) (204) (695) (3.254)	Período findo em 30 de setembro de 2017 2016 38.615 35.261 1.398 2.512 79.884 - 1.455 1.271 121.352 39.044 (2.355) (2.316) (204) (20.977) (695) (568) (3.254) (23.861)	Período findo em 30 de setembro de Período findo em 30 2017 2016 2017 38.615 35.261 39.621 1.398 2.512 1.398 79.884 - 79.884 1.455 1.271 2.062 121.352 39.044 122.965 (2.355) (2.316) (2.379) (204) (20.977) (209) (695) (568) (778) (3.254) (23.861) (3.366)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Cálculo do imposto de renda e da contribuição social

		Companhia		Consolidado
	Período findo em 30	de setembro de	Período findo em 30 de setembro de	
	2017	2016	2017	2016
Base de cálculo IRPJ e CSLL	572.316	221.971	573.389	224.972
(x) Alíquota vigente (%)	34	34	34	34
Expectativa de (despesas) de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(194.587)	(75.470)	(194.952)	(76.490)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes / temporárias:				
Equivalência patrimonial	1.331	1.877	-	-
Provisão para ações judiciais (contingências)	107.512	(17.100)	107.404	(17.232)
Provisão para perdas sobre créditos	941	(3.699)	942	(3.769)
Provisões diversas	943	(299)	893	(274)
Amortização do ágio	-	389	-	389
Juros sobre capital próprio	12.139	11.778	12.139	11.778
Outorga de opções de ações	(2.659)	(2.345)	(2.659)	(2.345)
Realização atualização monetária sobre depósito judicial INSS	(7.100)	-	(7.100)	-
Outras	(3.303)	63	(2.758)	494
Despesa de IRPJ e CSLL correntes	(84.783)	(84.806)	(86.091)	(87.449)
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL diferidos	(100.893)	19.751	(100.559)	19.661
Despesa de IRPJ e CSLL	(185.676)	(65.055)	(186.650)	(67.788)
Alíquota efetiva	-32,4%	-29,3%	-32,6%	-30,1%

25. Lucro por ação

(a) Básico

_	Período findo em				
	julho a setembro		janeiro a setembro		
<u> </u>	2017	2016	2017	2016	
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	65.220	44.168	386.640	156.916	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	530.898	529.732	530.880	528.482	
Lucro básico por ação (R\$)	0,12285	0,08338	0,72830	0,29692	

(b) Diluído

			P	eríodo findo em	
		julho a setembro	janeiro a setembro		
	2017	2016	2017	2016	
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia (R\$ mil)	65.220	44.168	386.640	156.916	
Ações ordinárias (em milhares)					
Quantidade média ponderada de ações emitidas	530.898	529.732	530.880	528.482	
Ajuste de opções de compra de ações	8.252	5.671	8.252	5.671	
Quantidade média ponderada de ações para o lucro diluído por ação	539.150	535.403	539.132	534.153	
Lucro diluído por ação (R\$)	0,12097	0,08249	0,71715	0,29377	

26. Compromissos

A Companhia e suas Controladas possuem compromissos relativos a contratos de locação de imóvel comercial de seus escritórios executivos e clínicas odontológicas, sendo que todos os contratos são canceláveis mediante multa rescisória.

_		Companhia		Consolidado
	Período findo em 30	0 de setembro de	Período findo em 30 d	de setembro de
	2017	2016	2017	2016
Até um ano	3.533	4.001	5.152	6.301
Acima de um ano até cinco anos	1.447	4.197	4.741	5.930
	4.980	8.198	9.893	12.231

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Partes relacionadas

A Companhia e suas Controladas e Coligadas mantém as seguintes transações:

	_	Operações da Companhia com suas Controladas e Col					troladas e Colig	oligadas (nota 1)	
				OdontoPrev	_	Dental			
<u>Ativo/(Passivo)</u>	<u>Natureza</u>	OdontoPrev	Clidec	Serviços	Easy	Partner	Rede Dental	Brasildental	
Outros créditos a receber	Serviços administrativos	3.986	-	580	-	790	-	-	
Fornecedores de bens e serviços	Serviços administrativos	(790)	-	-	-	-	(373)	(4.193)	
Receita/(Despesa)									
Contraprestações líquidas	Planos odontológicos	28.978	-	-	-	-	-	(28.944)	
	Materiais e serviços odontológicos		-	-	-	3.741	-		
Vendas de bens e serviços	Serviços administrativos	-	3.501	11.736	-	-	-	-	
Eventos indenizáveis líquidos	Serviços odontológicos	(2.978)	-	-	-	-	(1.055)	(4.160)	
Materiais odontológicos	Materiais odontológicos	(2.686)	-	-	-	-	-	-	
Administrativas	Serviços administrativos	(8.081)	(6)	(26)	(20)	-	-	-	
30 de setembro de 2017	-	15.233	3.495	11.710	(20)	3.741	(1.055)	(33.104)	
30 de setembro de 2016	- -	(29.021)	12.465	27.548	(46)	10.320	(2)	(21.264)	

A Companhia e suas Controladas mantém operações com empresas do Grupo Bradesco, no qual a Bradesco Saúde, acionista da OdontoPrev faz parte:

			C	onsolidado
			30 de s	etembro de
Transações	Empresas relacionadas com Banco Bradesco	Natureza	2017	2016
Ativo/(Passivo)		-		
Disponibilidades	Banco Bradesco S.A.	Conta corrente	5.470	3.522
Aplicações financeiras	Banco Bradesco S.A.	Aplicação financeira	475.977	373.717
Contraprestações a receber	Banco Bradesco S.A.	Contraprestações a receber	5.235	5.366
Fornecedores de seviços	Bradesco Vida e Previdência S.A.	Seguro de vida para os funcionários	(65)	(69)
Fornecedores de seviços	Bradesco Cartões S.A.	Viagens e estadias diretoria e funcionários	(316)	(324)
Fornecedores de seviços	Bradesco Saúde S.A.	Assistência médica para os funcionários	-	(113)
Receita/(Despesa)				
Contraprestação emitida	Banco Bradesco S.A.	Receita de contraprestações	48.045	48.094
Outras receitas operacionais	Mediservice	Taxa de administração	549	654
Despesa de comercialização	Bradseg Promotora de Vendas S.A.	Despesa de comissões	(10.284)	(8.640)
Despesa de escrituração	Banco Bradesco S.A.	Escrituração de ações	(38)	(30)
Despesa de assistência médica e odontológica	Bradesco Saúde S.A.	Assistência médica para os funcionários	(6.236)	(5.325)
Despesa de seguro em grupo	Bradesco Vida e Previdência S.A.	Seguro de vida para os funcionários	(40)	(58)
Despesa de aluguel	Banco Bradesco S.A.	Aluguéis sucursais	(450)	(445)
Despesa de viagens e estadias	Banco Bradesco Cartões S.A.	Viagens e estadias diretoria e funcionários	(2.978)	(2.370)
Despesa de seguros	Bradesco Auto Re Cia de Seguros	Seguro de responsabilidade civil e seguro fiança	(121)	(91)
Despesas financeiras	Banco Bradesco S.A.	Despesa de administração de aplicações	(142)	(116)
Despesas financeiras	Banco Bradesco S.A.	Despesa de tarifa bancária	(1.545)	(1.707)
Receitas financeiras	Banco Bradesco S.A.	Receita de aplicações financeiras	37.664	34.152
Doações	Fundação Bradesco	Despesa com doações	(252)	(258)
			64.172	63.860

A Companhia possui contrato de distribuição de planos odontológicos com o Banco Bradesco e também, contratou-o como agente escriturador de suas ações, remunerando-o em R\$38 até 30 de setembro de 2017 (R\$30 até 30 de setembro de 2016).

A Companhia e suas Controladas concedem participações no resultado a seus colaboradores e Administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 30 de setembro de 2017, foram apropriados, à título de participações nos resultados, os montantes de R\$10.257 (R\$6.743 em 30 de setembro de 2016) e R\$12.717 (R\$8.174 em 30 de setembro de 2016), na Companhia e no Consolidado, respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração anual fixa atribuída aos Conselhos de Administração e Fiscal e a fixa/variável atribuída à Diretoria Estatutária encontram-se no quadro a seguir:

		Companhia
-	Período findo	em 30 de setembro de
_	2017	2016
Diretoria Estatutária	6.251	5.807
Pró-labore	3.559	3.383
Benefícios	284	237
Bônus	2.408	2.187
Conselho de Administração	1.108	1.030
Pró-labore	1.108	1.030
Conselho Fiscal	249	241
Pró-labore	249	241
- -	7.608	7.078

Os membros da Diretoria Estatutária são detentores de opções conforme Plano de opção de outorga (nota 17.6):

	Iní	cio do período	Ca	ncelamentos	Opçõe	es exercidas	Fin	al do período
-			Elegíveis	Opções		Opções		Opções
Ano	Elegíveis	Opções	desligados	canceladas	Elegíveis	exercidas	Elegíveis	existentes
2007	6	1.285.488	3	584.424	3	701.064	-	-
2008	5	1.397.592	2	488.916	3	908.676	-	-
2009	7	1.378.356	3	678.084	4	700.272	-	-
2010	5	787.521	-	-	5	787.521	-	-
2011	5	533.829	1	126.934	4	406.895	-	-
2012	7	617.288	1	100.000	6	517.288	-	-
2013	7	1.202.331	1	212.264	6	990.067	-	-
2014	1	228.497	-	-	-	-	1	228.497
2015	7	1.160.215	1	94.057	-	-	6	1.066.158
2015	8	1.128.360	1	89.658	-	-	7	1.038.702
2016	1	392.680	-	-	-	-	1	392.680
2016	7	1.029.342	-	-	-	-	7	1.029.342
		11.141.499		2.374.337		5.011.783		3.755.379

Os Conselhos de Administração e Fiscal e os Comitês de Auditoria e de Gestão de Pessoas incluem membros da Diretoria da Bradesco Seguros.

A Companhia não é patrocinadora de plano de previdência complementar, nem qualquer outro benefício pósemprego ou de rescisão de contrato de trabalho.

28. Seguros

A política da Companhia e de suas Controladas é manter cobertura de seguros em face dos riscos envolvidos, conforme destacado:

		Consolidado	
	Período findo em 30 de setembro d		
	2017 2		
Prédio	50.956	50.956	
Máquinas, móveis, utensílios e instalações	30.010	25.697	
Danos materiais	80.966	76.653	
Lucros cessantes	165.070	145.640	
Responsabilidade civil administradores e diretores	60.000	60.000	
	306.036	282.293	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias (Companhia e Consolidado) Em 30 de setembro de 2017 e de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes

Na RCA de 25 de outubro de 2017 foi aprovada a distribuição de R\$53.544 a título de dividendos intercalares referentes ao exercício de 2017 a serem pagos em 06 de dezembro de 2017.